

ÍNDICE GERAL

I.	Nota Introdutória	3
II.	Linhas Gerais do Documento: Plano de Desenvolvimento Social	6
III.	Enquadramento Metodológico	10
IV.	Articulação do PDS de Valpaços com as Políticas e Medidas Nacionais e Locais	14
V.	Diagnóstico de Problemas e de Necessidades	33
VI.	Linhas Orientadoras do Plano de Desenvolvimento Social	41
VII.	Acompanhamento, Dinamização e Avaliação dos Projectos e Acções	73
VIII.	Considerações Finais	77
	Siglas	79
	Bibliografia	82

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Eixo 1 – Envelhecimento Populacional 12

Tabela 2: Eixo 2 – Qualificação e Integração Escolar e Sócio-Profissional 12

Tabela 3: Eixo 3 – Intervenção Dirigida a Grupos Específicos 13

NOTA INTRODUTÓRIA

“ Planear é, simultaneamente, uma forma de saber o que se pretende, de mobilizar os recursos existentes e uma forma de formação contínua”

(In Módulos PROFISS, Ministério do Trabalho e da Solidariedade)

O Plano de Desenvolvimento Social é um instrumento estruturante, de deliberação, onde se inscreve um projecto comum de mudança. Em consonância com o Diagnóstico Social, definem-se os objectivos e as estratégias, capazes de responder às necessidades e aos problemas individuais e colectivos detectados, assentes na promoção do desenvolvimento social, na prevenção dos riscos de pobreza e de exclusão e na actuação sobre as situações mais prementes de pobreza e exclusão Social (IDS, 2001:25).¹

A Rede Social, enquanto medida política que visa a erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social e a promoção do desenvolvimento social, deverá basear o seu trabalho em metodologias participativas de investigação-acção, com o objectivo de alcançar um planeamento estratégico. Assim, neste processo de planeamento podem-se identificar três fases primordiais: o *diagnóstico da situação*, a *definição de linhas orientadoras* e a *operacionalização do Plano de Acção*.

A elaboração do Diagnóstico Social do concelho de Valpaços, materializou-se na produção de um conhecimento sistematizado, organizado e articulado dos problemas sociais do concelho, apontando as suas vulnerabilidades e fragilidades, bem como, as suas potencialidades e recursos.

Com o Plano de Desenvolvimento Social que agora se apresenta, passamos de uma fase de produção de diagnóstico, de conhecimento, para uma fase de tomada de decisões estratégicas e de planeamento, que conduzam ao desenvolvimento social integrado do concelho. Neste sentido, podemos concluir que, o PDS visa a articulação de sinergias inter-institucionais, sectoriais e territoriais, fomentadoras do desenvolvimento social local do concelho de Valpaços e da qualidade de vida da população.

Este documento parte da identificação dos problemas para a definição de linhas estratégicas de resolução a médio prazo, quatro anos (2007-2010), as quais serão agregadas em três eixos: I. Envelhecimento Populacional; II. Qualificação e Integração Escolar e Sócio-Profissional; III. Intervenção Dirigida a Grupos Específicos.

O presente PDS é constituído pelos seguintes capítulos: Linhas Gerais do Documento: Plano de Desenvolvimento Social; Enquadramento Metodológico; Articulação do PDS de Valpaços com as Políticas e Medidas Nacionais e Locais; Diagnóstico de Problemas e de Necessidades; Linhas Orientadoras do Plano de

¹ Cf. In Instituto para o Desenvolvimento Social (IDS), Programa Rede Social, Documento de Apoio 2001.

Desenvolvimento Social; Acompanhamento, Dinamização e Avaliação dos Projectos e Acções e Considerações Finais.

***LINHAS GERAIS DO DOCUMENTO:
PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL***

O que é o Plano de Desenvolvimento Social?

Um Plano de Desenvolvimento Social é um instrumento de definição conjunta e contratualizada de objectivos prioritários, servindo de enquadramento às intervenções para a promoção do Desenvolvimento Social local. Tem em vista não só a produção de efeitos correctivos ao nível da redução da pobreza, do desemprego e da exclusão social, mas também efeitos preventivos gerados através de acções de animação das comunidades e da educação de processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações.

Pode dizer-se que o Plano de Desenvolvimento Social traça o retrato de uma situação social desejável, mas também realista nos concelhos e freguesias onde vai ser implementado, incluindo uma programação das etapas e das estratégias a desenvolver para alcançar essa situação (IDS, 2003:15).²

Para que serve o Plano de Desenvolvimento Social?

O PDS é um instrumento que orienta as respostas para as necessidades individuais e colectivas. O seu objectivo é servir de enquadramento a todas as intervenções para a promoção do desenvolvimento social (IDS, 2003:15).³

O Plano de Desenvolvimento Social como processo de Planeamento Estratégico

O Plano de Desenvolvimento Social enquadra-se num processo de planeamento estratégico que procura dar respostas às rápidas mutações que ocorrem nas sociedades hodiernas.

Assim, tal facto implica:

- *Planear de forma integrada*, tendo em conta todas as dimensões do problema que têm que ser consideradas nas soluções;
- *Planear não só os objectivos a alcançar*, garantindo a participação de todos aqueles que nele estarão implicados ou por ele serão afectados, tendo em conta os recursos humanos, materiais, o calendário para a implementação, etc.

² Cf. In Instituto para o Desenvolvimento Social (IDS), Plano de Desenvolvimento Social, Documento de Apoio 2003.

³ Idem.

- *Planear tendo em conta não só, a realidade presente, mas as oportunidades e ameaças que se poderão colocar no processo de implementação do plano, de modo a antever formas de tirar partido delas ou de as contornar, respectivamente.*

Tal facto pressupõe:

- Conhecer as forças e os obstáculos internos da parceria e prever formas de as potenciar ou minorar, respectivamente;

- Antecipar as ameaças e as oportunidades externas, prevendo formas alternativas de funcionar para tais cenários;

- Relacionar o Plano de Desenvolvimento Social com outros planos, tentando perspectivar as mudanças que serão produzidas noutros sectores ou a outros níveis de intervenção;

- *Planear identificando dimensões prioritárias e mais passíveis de produzir mudança na realidade dos concelhos em que se intervém (IDS, 2003:15,16).*⁴

Vantagens de um Plano de Desenvolvimento Social

A elaboração de um Plano de Desenvolvimento Social apresenta as seguintes vantagens:

- Possibilita integrar no local as medidas e políticas definidas nos vários níveis da administração local, regional, nacional, nos vários sectores e ainda ao nível da União Europeia, favorecendo a sua adequação aos contextos locais, potenciando as respectivas complementaridades e detectando as suas fragilidades;

- Permite a racionalização e a adequação de recursos e das iniciativas em curso numa dada comunidade, através da articulação dos serviços e das organizações;

- Permite rentabilizar os saberes e o conhecimento de terreno dos técnicos e das organizações locais no reconhecimento dos problemas e soluções e na enunciação de estratégias mais adequadas para a sua resolução;

- Permite encontrar soluções inovadoras que a flexibilidade das estruturas mais pequenas e em contacto com as populações possibilitam;

Com o Plano de Desenvolvimento Social procura-se centrar as preocupações nas pessoas e comunidades para as quais se trabalha, visto que este permite:

⁴ Cf. *In* Instituto para o Desenvolvimento Social (IDS), Plano de Desenvolvimento Social, Documento de Apoio 2003.

- Criar intervenções contínuas e sustentáveis, dando seguimento a “boas práticas” já implementadas, procurando diminuir os efeitos da continência dos financiamentos a projectos e assegurando a sustentabilidade de percursos, no sentido, da inclusão e das expectativas legitimamente criadas pelas populações alvo de tais projectos;
- Propiciar respostas às causas e não só às manifestações dos problemas e contribuir para o desenvolvimento de actuações preventivas das situações de exclusão ou do seu agravamento;
- Envolver progressivamente as populações a quem se dirige, na procura de soluções apropriadas às situações;

O Plano de Desenvolvimento Social possibilita às instituições envolvidas:

- Alterar as culturas institucionais no sentido da introdução de hábitos de planeamento e avaliação e do aprofundamento do trabalho em parceria;
- Facultar o acesso a recursos e informação que poderão suportar as suas intervenções, contribuindo para atenuar algumas das desigualdades existentes;
- Valorizar atribuições específicas, pelo reconhecimento e integração num projecto de conjunto (IDS, 2003:17,18).⁵

O que vai constar no Plano de Desenvolvimento Social de Valpaços?

- Eixos de Desenvolvimento;
- Objectivo Geral;
- Objectivo Específico;
- Estratégias a Utilizar;
- Resultados Esperados;
- Indicadores de Avaliação;
- Recursos;

⁵ Cf. In Instituto para o Desenvolvimento Social (IDS), Plano de Desenvolvimento Social, Documento de Apoio 2003.

ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

A proposta metodológica do programa Rede Social assenta numa estratégia participada de planeamento, que procura racionalizar e conferir maior eficácia, quer à intervenção dos agentes na aplicação das medidas, projectos e programas de combate à pobreza e à exclusão social, quer à promoção do desenvolvimento social (IDS, 2001:22).⁶

A metodologia subjacente a todo o Programa da Rede Social de Valpaços assenta numa estratégia participada de planeamento. O planeamento estratégico (aplicado à intervenção social) pode entender-se como um procedimento racional, que traduz a articulação e integração de decisões e através do qual se formalizam compromissos e estratégias de mudança (social e territorial). Traduz a forma participada de pensar, agir e decidir racionalmente sobre o futuro (IDS, 2001:22).⁷

Num *primeiro momento*, e a partir do Diagnóstico Social do concelho, aprovado em Outubro de 2006, foi delineada em espaço de reunião do Núcleo Executivo, a composição de grupos temáticos de trabalho, de acordo com os eixos prioritários de intervenção previamente diagnosticados no Diagnóstico Social.

Assim, e tal como na construção dos documentos anteriores, a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social de Valpaços assentou numa lógica de planeamento participado. Sendo que, a metodologia utilizada, passou pela **análise dos Planos de referência, a nível nacional e regional**, com o intuito de estabelecer uma concordância nas linhas orientadoras da acção social, e pela **realização de espaços de debate/reflexão**.

Os eixos prioritários tidos em conta nestes espaços de debate/reflexão foram: Envelhecimento Populacional, Qualificação e Integração Escolar e Sócio-Profissional e Intervenção Dirigida a Grupos Específicos. No entanto, convém salientar que, os eixos de intervenção foram sofrendo algumas afinações, pelo que o resultado apresentado ainda na fase de Diagnóstico Social surge agora com ligeiras alterações. Já que no Diagnóstico Social foram definidos 4 eixos de intervenção, pelo que no PDS considerou-se pertinente fundir o eixo “Ensino e Qualificação Escolar” e “Qualificação e Integração Sócio-Profissional”, visto que ambos são subsidiários, requerem intervenções complementares e envolvem os mesmos parceiros/ entidades.

Desta forma, e independentemente da pertença ou não ao CLAS, foram convidados a constituir grupos, vários **técnicos** (das diferentes instituições e organismos

⁶ Cf. In Instituto para o Desenvolvimento Social (IDS), Plano de Desenvolvimento Social, Documento de Apoio 2001.

⁷ Idem

que trabalham no social - IPSS's, Misericórdia, Centro de Saúde, Estabelecimentos de Ensino, GNR, Bombeiros, etc.), **decisores** (nomeadamente decisores políticos - Presidentes de Freguesias, Vereador) e **população em geral** (encarregados de educação, estudantes, desempregados, indivíduos portadores de deficiência, empresário...).

Realizaram-se quatro momentos essenciais de reflexão, discussão e concertação inter-grupal dado que os eixos de intervenção definidos apenas são distintos numa óptica analítica, contendo vários aspectos susceptíveis de interligação.

A composição dos grupos foi definida de acordo com as tabelas seguintes:

Tabela 1: Eixo 1 – Envelhecimento Populacional

N.º de Reuniões	1
Data de Realização	12/02/2007
Entidades Presentes	1 Representante da Santa Casa da Misericórdia de Valpaços
	1 Representante de uma IPSS's
	2 Idosos (1 institucionalizado e outro a receber apoio domiciliário)
	1 Jovem
	1 Emigrante
	1 Enfermeiro
	1 Bombeiro
	1 Economista
	1 Engenheiro
	1 Representante do Clube dos Rotários
	1 Vereador da Câmara Municipal de Valpaços
N.º Total de Entidades	12

Tabela 2: Eixo 2 – Qualificação e Integração Escolar e Sócio-Profissional

N.º de Reuniões	2
Data de Realização	14/02/2007 e 28/02/2007
Entidades Presentes	1 Professor
	1 Recém-licenciado Desempregado
	2 Encarregados de Educação
	1 Representante do Centro de Emprego de Chaves
	1 Técnico de Turismo
	1 Formador
	1 Psicólogo
	1 Presidente de Freguesia
	1 Engenheiro
	1 Representante da ADRAT
	1 Empresário
	1 Representante da UNIVA
	1 Advogada
	1 Agricultor
	1 Engenheiro
	1 Técnico de Higiene
	1 Representante do Clube dos Rotários
	1 Vereador da Câmara Municipal de Valpaços
	2 Representantes do IIEFP de Chaves
	1 Delegado Sindical
	1 Médico de Saúde Pública
	1 Pároco
N.º Total de Entidades	24

Tabela 3: Eixo 3 – Intervenção Dirigida a Grupos Específicos

N.º de Reuniões	1
Data de Realização	26/02/2007
Entidades Presentes	2 Indivíduos Portadores de Deficiência
	1 Representante do UAT de Chaves
	1 Médico
	1 GNR
	1 Familiar de um Indivíduo com Problemas de Alcoolismo
	1 Jornalista
	1 Animador Sócio-Cultural
	1 Jovem
	1 Psicólogo
	1 Técnico do Gabinete de Apoio ao Emigrante
	1 Indivíduo Desempregado
	1 Funcionário Público
N.º Total de Entidades	13

Analisando as tabelas anteriores constata-se que, este trabalho, resultou da participação efectiva de um total de 49 actores e representantes de entidades locais e regionais, com o conhecimento das potencialidades, oportunidades e debilidades locais, para assim se definir um futuro concelhio mais desejável. Procurou-se fomentar o debate em torno das prioridades e estratégias a adoptar ao nível das políticas de intervenção para os próximos anos (2007-2010). Não esquecendo que ao se apelar à participação e envolvimento de todas estas entidades, esteve-se não só a garantir a responsabilização das mesmas na operacionalização do PDS, como também se permitiu dar forma aos princípios estruturantes de trabalho em rede/parceria.

Num *segundo e último momento*, a Técnica da Rede Social, conjuntamente com o Núcleo Executivo **definiram os objectivos gerais, específicos, estratégias, resultados esperados, indicadores de avaliação** e ainda os **recursos**, para **cada eixo de intervenção**, tendo por base o conjunto de estratégias resultantes dos grupos de trabalho.

Espera-se deste modo, atingir uma intervenção coerente e um fio condutor entre todas as etapas de planeamento realizadas e a realizar, de forma a contribuir para um futuro cenário desejável e para a construção de um concelho com menores taxas de pobreza e exclusão social e uma consequente melhoria da qualidade de vida.

***Articulação do PDS de Valpaços com as Políticas
e Medidas Nacionais e Locais***

O Plano de Desenvolvimento Social de Valpaços insere-se numa perspectiva concelhia, na qual envolveu a generalidade das entidades com um papel activo na promoção da acção social local e enquadrando todos os recursos mobilizáveis para a concretização da estratégia de desenvolvimento adoptada na prossecução dos objectivos propostos.

Com o presente P.D.S pretende-se constituir um instrumento que promova a adequação dos programas de âmbito nacional, aos problemas e necessidades locais. Desta forma, o P.D.S. deve-se articular com todas as formas de planeamento criadas para o processo de desenvolvimento, e esta articulação deverá, por um lado, possibilitar a rentabilização de esforços e recursos afectados, e por outro, evitar que as linhas orientadoras definidas no PDS entrem em contradição ou se sobreponham a outros planos.

INTERVENÇÃO DE ÂMBITO NACIONAL

1 - PLANO NACIONAL DE ACÇÃO PARA A INCLUSÃO (2006-2008)

O PNAI 2006-2008, enquanto instrumento estratégico de planeamento transversal e integrador dos vários actores e sectores, constitui um instrumento que visa actuar sobre as causas dos problemas e não apenas sobre as suas manifestações, intervindo, pois, nas estruturas formais envolvendo o conjunto dos actores pertinentes dos diversos sectores da administração central e local e da sociedade civil (PNAI 2006-2008:38).

A política de medida social da Rede Social é um dos instrumentos de concretização do PNAI (2006/2008). De acordo com o *Decreto de Lei n.º 115/2006* publicado a 14 de Junho de 2006 pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, no artigo 41.º (Articulação dos planos de desenvolvimento social com o PNAI): no ponto 1 é citado “*Os PDS’s constituem os instrumentos que promovem a adequação do PNAI, das políticas e das medidas de âmbito nacional aos problemas e necessidades locais*”. No ponto 2 é ainda referido que “*O sistema de informação da rede social, de dimensão nacional, agrega indicadores a partir dos Diagnósticos Sociais e dos Planos de Desenvolvimento Social locais, para o conhecimento mais aprofundado das*

situações de pobreza e exclusão social e constitui um instrumento para a elaboração de futuros PNAI”.

Princípios Orientadores

O PNAI 2006-2008 assume como grande finalidade a inclusão de todos os cidadãos, garantindo o acesso aos recursos, aos direitos, aos bens e aos serviços, promovendo a igualdade de oportunidades e a participação social, ajustados em torno dos seguintes princípios:

- *A consagração de direitos básicos de cidadania;*
- *A responsabilização e a mobilização do conjunto da sociedade e de cada pessoa no esforço de erradicação das situações de pobreza e exclusão;*
- *A integração e multidimensionalidade entendidas como convergência das medidas económicas, sociais e ambientais;*
- *A territorialização;*
- *O reconhecimento da importância da igualdade de oportunidades e da perspectiva de género, como forma de garantia do exercício dos direitos tanto na esfera pública como na esfera privada;*
- *A combinação adequada entre a universalidade e a diferenciação positiva, ou seja, a garantia de que, no cumprimento dos objectivos de inclusão social, todos os cidadãos e cidadãs são efectivamente tratados como iguais na base da diversidade das suas situações e necessidades e em relação com os recursos e as oportunidades;*

Prioridades Nacionais

A estratégia nacional de inclusão para o período 2006-2008 assume como grandes prioridades:

- *Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania;*
- *Corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação;*
- *Ultrapassar as discriminações, reforçando nomeadamente a integração das pessoas com deficiência e dos imigrantes;*

1.1 - Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas

O XVII Governo Constitucional propôs como uma das medidas a implementar, no combate à pobreza e à exclusão, para «uma sociedade mais coesa e nessa medida mais equilibrada, mais justa e afinal mais competitiva e dinâmica», o «lançamento de um programa de qualificação habitacional, com o objectivo de prevenir a dependência e a institucionalização dos cidadãos mais idosos» (Despacho n.º6716-A/2007).

O Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas surge uma vez que se considerou que a existência de habitações sem o mínimo de condições constitui um dos fundamentais factores de institucionalização, e que, o investimento numa melhor qualificação habitacional da população idosa, possibilita prolongar o tempo de permanência na sua habitação, para além das razões que se prendem com a melhoria da qualidade de vida, uma vez que tem efeitos inevitáveis na prevenção de acidentes domésticos e de situações de dependência.

Podem beneficiar do PCHI pessoas com 65 ou mais anos cujo rendimento mensal *per capita* seja igual ou inferior ao valor do indexante dos apoios sociais, desde que reúnam, conjuntamente, os seguintes requisitos:

- Vivam em habitação própria que necessite de qualificação em função da situação e necessidade em que se encontram;
- Estejam a usufruir de serviços de apoio domiciliário ou cuja prestação destes serviços se encontre dependente da qualificação habitacional;
- Residam sozinhas ou em coabitação com outra (s) pessoa (s) idosa (s), menor (es) ou familiar (es) com deficiência.

Podem ainda beneficiar do PCHI, a título excepcional e devidamente fundamentado, pessoas que não estejam a usufruir de apoio domiciliário, mediante despacho favorável do director do Centro Distrital de Segurança Social da área de residência.

1.2 - Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social

O Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social tem por finalidade promover a inclusão social dos cidadãos, de forma multisectorial e integrada, através de acções a executar em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos (Portaria n.º 396 de 2 de Abril de 2007).

Os CLDS surgem face às debilidades detectadas, juntamente com a estratégia definida no Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI), contemplando um modelo de gestão que prevê o financiamento induzido de projectos escolhidos centralmente, privilegiando territórios com públicos alvo que estão identificados como mais vulneráveis e acções de intervenção obrigatória que respondam de facto às necessidades diagnosticadas.

Assim, o Programa CLDS tem por finalidade fomentar a inclusão social dos cidadãos, de forma multisectorial e integrada, através de acções a realizar em parceria, de forma a combater a pobreza e a exclusão social em territórios deprimidos.

Eixos de Intervenção

- Emprego, formação e qualificação;
- Intervenção familiar e parental;
- Capacitação da comunidade e das instituições;
- Informação e acessibilidade;

2 - PLANO NACIONAL DE EMPREGO (2005-2008)

O Plano Nacional de Emprego 2005-2008 está inserido no Plano Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego, e propõe-se enfrentar de modo integrado e coerente com as políticas macro e micro económicas, quer as dificuldades conjunturais do país, quer os constrangimentos de natureza estrutural que cerceiam o desenvolvimento do sistema de emprego, e nesse sentido, o desenvolvimento do país (PNE 2005-2008:18).

Desafios estratégicos e grandes prioridades do PNE

- Promover a criação de emprego, prevenir e combater o desemprego;
- Gerir de forma preventiva e precoce, intervindo numa lógica de proximidade, os processos de reestruturação e deslocalização empresarial que têm marcado a Europa e o país nos últimos anos;
- Promover a flexibilidade com segurança no emprego;
- Reforçar a educação e qualificação da população portuguesa;
- Modernizar o sistema de protecção social;

Linhas de intervenção do PNE

- Facilitar a transição dos jovens para a vida activa;
- Promover o envelhecimento activo;
- Promover a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho entre homens e mulheres;
- Modernizar o sistema de protecção social, tornando-o amigável ao emprego;
- Prevenir e combater o desemprego;
- Promover a inserção no mercado de trabalho de pessoas desfavorecidas e combater a discriminação de que são alvo;
- Contribuir para a criação e sustentabilidade do emprego ao nível local, e em particular, no sector dos serviços;
- Relançar as abordagens territoriais e sectoriais das políticas de emprego;
- Modernizar e reforçar os serviços públicos de emprego e outros organismos que intervêm no mercado de trabalho;
- Reforçar a capacidade de antecipação preventiva das necessidades em matéria de competências;
- Reorganizar e racionalizar a rede de ofertas de formação inicial e contínua;
- Conciliar os direitos dos trabalhadores com o aumento da capacidade de adaptação das empresas;
- Encorajar e difundir formas inovadoras e adaptáveis de organização de trabalho;

- Antecipar e gerir activa e positivamente os processos de reestruturação e modernização do tecido produtivo;
- Melhorar as condições de trabalho;
- Favorecer a generalização de políticas remuneratórias visando conciliar a competitividade com a redução do desemprego, da pobreza e das desigualdades;
- Alargar progressivamente a todas as crianças em idade adequada a educação pré-escolar;
- Consolidar o ensino básico;
- Efectuar a educação e a formação de nível secundário;
- Dar um novo impulso à educação e formação de adultos;
- Melhorar a pertinência do ensino superior face às necessidades do país, promovendo a igualdade de oportunidades no acesso ao mesmo;
- Promover o reforço da formação contínua dos trabalhadores;
- Desenvolver a formação dos empresários e quadros dirigentes e formar e inserir quadros e técnicos para os factores críticos da competitividade;
- Criar condições necessárias para a transparência das qualificações, assim como, o reconhecimento, a validade e certificação;
- Promover a qualidade e eficiência dos sistemas de educação e de formação;
- Promoção de parcerias estratégicas de âmbito sectorial;

3 - PLANO DE ACÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE (2006-2009)

Objectivos do Plano

- Promover os direitos humanos e o exercício da cidadania;
- Integrar as questões da deficiência nas políticas sectoriais;
- Garantir o acesso a serviços, equipamentos e produtos;
- Melhorar a qualificação, formação e emprego;
- Qualificar os recursos humanos;

Estratégias de Intervenção

Eixo 1 - Melhorar as condições de acessibilidade e de informação;

Eixo 2 - Aumentar os níveis de educação, qualificação e emprego;

Eixo 3 - Garantir a habitação e condições de vida dignas;

4 - QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA NACIONAL (2007-2013)

O Quadro de Referência Estratégica Nacional assume como grande desígnio estratégico a qualificação dos portugueses e das portuguesas, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como, a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sócio-cultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização de igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas (QREN 2007-2013:4).

Desafios estratégicos e grandes prioridades do QREN

- Promover a *qualificação dos portugueses*, desenvolvendo e estimulando o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a inovação, a educação e a cultura, como principal garantia do desenvolvimento do país e do aumento da sua competitividade;
- Fomentar o *crescimento sustentado* através, especialmente dos objectivos do aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos de contexto, incluindo os da administração da justiça, da qualificação do emprego e da melhoria da produtividade e da atracção e estímulo ao investimento empresarial qualificante;
- Garantir a *coesão social* actuando, em particular, nos objectivos do aumento do emprego e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional, do estímulo às dinâmicas culturais, e assegurando a inclusão social, designadamente, desenvolvendo o carácter inclusivo do mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades para todos e a igualdade de género, bem como práticas de cidadania inclusiva, reabilitação e reinserção social, conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e a valorização da saúde como factor de produtividade e de medida de inclusão social;

- Assegurar a *qualificação do território e das cidades*, traduzida nos objectivos de assegurar ganhos ambientais; promover melhor o ordenamento do território; estimular a descentralização regional da actividade científica e tecnológica; prevenir riscos naturais e tecnológicos, e ainda melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento.
- *Aumentar a eficiência da governação* privilegiando, através de intervenções transversais nos programas operacionais relevantes, objectivos de modernização das instruções e a eficiência e qualidade dos grandes sistemas sociais e colectivos com reforço da sociedade civil em melhoria da regulação.

5 - PLANO NACIONAL DE SAÚDE (2004-2010)

O Plano Nacional de Saúde 2004-2010 define orientações estratégicas com a finalidade de sustentar, política, técnica e financeiramente, uma vontade nacional, dando-lhe um cunho integrador e facilitador na coordenação e intercolaboração dos múltiplos sectores que contribuem para a Saúde (PNS 2004-2010:21).

Objectivos estratégicos

- Obter ganhos em saúde, aumentando o nível de saúde nas diferentes fases do ciclo de vida e reduzindo o peso da doença;
- Utilizar instrumentos adequados, nomeadamente, centrando a mudança no cidadão, capacitando o sistema de saúde para a inovação e reorientando o sistema prestador de cuidados;
- Garantir os mecanismos adequados para a efectivação do plano através de uma cativação de recursos adequados, garantindo o diálogo intersectorial, adequando o quadro de referência legal e criando mecanismos de acompanhamento e actualização do plano.

Algumas orientações estratégicas e intervenções necessárias

- *Reforçar acções de promoção da Saúde*, através:

- Do funcionamento pleno dos Centros Regionais de Saúde Pública, em articulação com as outras unidades dos Centros de Saúde e estruturas locais pertinentes -autarquias, escolas, empresas e ONG. Será prioridade nas consultas com profissionais de Saúde identificar oportunidades para corrigir estilos de vida pouco saudáveis, tais como: o consumo excessivo de álcool, o tabagismo e hábitos alimentares inadequados;
- *Prevenir o consumo do tabaco nos jovens e promover o abandono do tabagismo entre fumadores*, através da:
 - Prevenção da iniciação tabágica, nos jovens, especialmente do sexo feminino;
 - Intervenção em matéria de desabitação tabágica;
- *Prevenir o consumo excessivo de álcool*, através de:
 - Iniciativas para a efectivação das intervenções contempladas no Plano de Acção Contra o Alcoolismo, nomeadamente: educação para a Saúde, objectiva e persistente, sobre os riscos das bebidas alcoólicas nos vários grupos populacionais; a disponibilização de respostas terapêuticas descentralizadas e eficazes para os bebedores excessivos e as restrições a publicidade;
- *Prevenir o consumo de drogas ilícitas*, e para tal:
 - Serão melhorados os acontecimentos das actuais tendências epidemiológicas. Neste sentido, é necessário apostar na contribuição universitária e científica em todos os domínios da droga e da toxicoddependência, assim como nas relações internacionais, particularmente no OEDT, de modo, a conhecer outras realidades;
 - Dar-se-á prioridade a projectos na área da prevenção primária;
 - Será reforçada a área do tratamento. A reinserção tem de ser considerada como a última fase de tratamento, de forma a diminuir os casos de retorno à toxicoddependência por falta de condições materiais;
 - Serão desenvolvidas medidas que permitam uma melhor estruturação da intervenção executada pelos CAT junto da população atendida;
 - Investir-se-á na melhoria da qualidade dos recursos humanos, técnicos e metodológicos das unidades de tratamento, públicas e privadas, e na explicitação das características dos programas de tratamento e populações-alvo atendidas, adequando o atendimento prestado às necessidades de tratamento dos indivíduos e à satisfação destes, com vista a aumentar a sua permanência em tratamento e a efectividade do mesmo.

- A utilização das terapêuticas de substituição será revista, e os critérios para o acesso e para a manutenção ao longo do tempo dos utentes nestas modalidades de tratamento serão explicitados e cumpridos com rigor.
- A utilização de análises de pesquisa de drogas na urina será apoiada e a sua prática estimulada enquanto instrumento de controlo terapêutico demonstrativo da qualidade dos cuidados prestados e dos serviços de tratamento.
- Serão contempladas unidades de tratamento de curta duração, em regime ambulatorio e residencial;
- Será estimulada a requalificação das unidades de tratamento do tipo comunidade terapêutica que estejam mais vocacionadas para os cuidados sociais de reinserção;
- Serão criadas unidades medicamente assistidas para populações especiais, como grávidas, mães com filhos pequenos e portadores de doenças mentais e físicas que necessitem de cuidados acrescidos.
- As transformações e aperfeiçoamento na prestação dos cuidados e da organização dos serviços existentes serão apoiados pelo desenvolvimento de recursos didáticos, formação e requalificação dos profissionais envolvidos no atendimento e tratamento;
- *Promover o combate à violência doméstica*, desta forma:
- A Saúde continuará a dar o seu contributo para a aplicação do Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, através, de acções de formação para os seus profissionais, com a finalidade de os sensibilizar e de potenciar as suas competências na identificação das situações de violência, na orientação e no apoio das vítimas.

6 - PROGRAMA DE APOIO INTEGRADO A IDOSOS

O Programa de Apoio Integrado a Idosos é caracterizado por desenvolver acções inovadoras, que são caracterizadas através de projectos de desenvolvimento central e a nível local.

Objectivos

- Promover a autonomia das pessoas idosas, e/ou pessoas com dependência, prioritariamente no seu meio habitual de vida;
- Estabelecer medidas que visem melhorar a mobilidade e acessibilidade a serviços;

- Implementar respostas de apoio às famílias que prestam cuidados a pessoas com dependência, especialmente a idosos;
- Promover e apoiar a formação de prestadores de cuidados informais e formais, de profissionais, familiares, voluntários e outras pessoas da comunidade;
- Desenvolver medidas preventivas de isolamento e de exclusão.

Destinatários

Pessoas com 65 ou mais anos de idade, famílias, vizinhos, voluntários, profissionais e comunidade em geral.

Projectos

- Projectos de promoção local

- *Serviço de Apoio Domiciliário – SAD*: Visa a manutenção das pessoas idosas ou das pessoas com dependência no seu ambiente habitual de vida, junto dos seus familiares, vizinhos e amigos.
- *Formação de Recursos Humanos – FORHUM*: Este projecto destina-se prioritariamente a familiares, vizinhos e voluntários, bem como a profissionais, nomeadamente das áreas da acção social e da saúde, e outros elementos da comunidade, habilitando-os para a prestação de cuidados formais e informais.
- *Centro de Apoio a Dependentes/Centro Pluridisciplinar de Recursos – CAD*: Os CAD são centros de recursos locais, abertos à comunidade, para apoio temporário que visam a prevenção e a reabilitação de pessoas com dependência. Desenvolvem-se a partir de estruturas já existentes, assegurando apoio e cuidados diversificados, na perspectiva da promoção da maior autonomia possível e da continuação de um projecto de vida participativo.

- Projectos de promoção central

- *Serviço Tele-alarme – STA*: É uma resposta social complementar, a partir de um sistema de telecomunicações. Permite, accionando um botão de alarme, contactar

rapidamente a rede social de apoio de cada pessoa, para mais eficazmente responder às necessidades de ajuda ou encaminhar para o serviço adequado.

A rede social local que protagoniza estes apoios pode ser organizada integrando pessoas singulares e/ou entidades ou serviços, como IPSS's, Centros de Saúde, Hospitais, Bombeiros, Forças de Segurança, e outras, desde que sejam indicadas pelo assinante e de acordo com os seus interesses e concordância das respectivas pessoas, entidades e/ou serviços.

Os parceiros envolvidos no protocolo de articulação do Serviço Tele-alarme são, para além do PAII, que financia o projecto, a Cruz Vermelha Portuguesa, onde está instalada a central do STA e as respectivas operadoras, e a PT Comunicações, que providencia a assistência técnica. Os telefones terminais são instalados em casa dos assinantes, que estabelecem um contrato de utilização, através dos serviços do PAII e CVP.

- *Saúde e Termalismo Sénior*: Este projecto tem como objectivos, permitir à população idosa de menores recursos financeiros, o acesso a tratamentos termais, o contacto com um meio social diferente e a prevenção do isolamento social.

7- CARTA SOCIAL

A "Carta Social" procura, identificar a oferta existente de serviços e equipamentos sociais a nível regional e local no território continental, dando assim, um importante contributo para o seu conhecimento a vários níveis. Desta forma, revela ser um importante instrumento de planeamento dos investimentos sociais neste domínio.

Com o objectivo de facilitar uma melhor informação aos munícipes, assim como aos serviços e instituições em geral, sobre a rede de serviços e equipamentos sociais, existentes no Concelho de Valpaços, a Câmara Municipal, através da Divisão de Acção Social e Programa Rede Social, irá elaborar em breve a Carta Social Local.

Neste contexto, a Carta irá facultar o conhecimento do conjunto de Serviços e Equipamentos, referindo a localização geográfica e oferta dos mesmos, previamente inventariados, existentes em cada uma das 31 freguesias do Concelho.

Visto vivermos numa sociedade de informação, o documento final será divulgado à comunidade em geral, para consulta das várias ofertas a nível de equipamentos sociais do concelho.

INTERVENÇÃO DE ÂMBITO LOCAL

1 - REDE SOCIAL

A Rede Social pretende constituir um novo tipo de parcerias entre entidades públicas e privadas, actuando nos mesmos territórios, baseada na igualdade entre os parceiros, no respeito pelo conhecimento, pela entidade, potencialidades e valores intrínsecos de cada um, na partilha, na participação e na colaboração, com vista à consensualização de objectivos, à concertação das acções desenvolvidas pelos diferentes agentes locais e à optimização dos recursos endógenos e exógenos ao território (Decreto de Lei N.º 115/2006 de 14 de Junho).

Conceitos e Objectivos

A Rede Social é uma plataforma de articulação dos diferentes parceiros públicos e privados que tem por objectivo:

- Combater a pobreza e a exclusão social, promovendo a inclusão e coesão social;
- Promover o desenvolvimento social integrado;
- Promover um planeamento integrado e sistemático, que potencie as sinergias, competências e recursos a nível local;
- Contribuir para a concretização, acompanhamento e avaliação dos objectivos do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI);
- Garantir a integração dos objectivos da promoção para a igualdade de género constantes no Plano Nacional para a Igualdade (PNI) nos instrumentos de planeamento;
- Garantir uma maior eficácia e uma maior cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais ao nível local;
- Criar canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros e a população em geral.

A rede social assenta no trabalho de parceria alargada, efectiva e dinâmica e visa o planeamento estratégico da intervenção social local, que articula a intervenção dos diferentes agentes locais para o desenvolvimento social.

2 - COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO DE VALPAÇOS

É uma instituição oficial, não judiciária, que intervém com o objectivo de promover os direitos e garantir a protecção das crianças e jovens em perigo, assim como prevenir ou pôr termo a situações que possam afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

Em que casos intervém

Quando a criança ou jovem, menor de 18 anos (ou de 21, a pedido do próprio) se encontra em situação de perigo e nomeadamente numa das seguintes situações:

- Não recebe os cuidados ou os afectos apropriados à sua idade e situação pessoal;
- É obrigada a actividades ou trabalhos excessivos ou impróprios à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- Está sujeita de forma directa ou indirecta, a comportamentos que prejudiquem gravemente a saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais (o representante legal ou quem tenha a guarda de facto) se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação;
- Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- Sofre maus-tratos físicos ou psíquicos, ou é vítima de abusos sexuais.

Medidas a aplicarem

- Medidas em meio natural de vida (apoio junto aos pais, apoio junto de outro familiar, confiança a pessoa idónea, apoio para autonomia de vida);
- Medidas de colocação (acolhimento familiar e acolhimento em instituição).

3 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Conselho Municipal de Educação é uma instância de coordenação e consulta, a nível municipal, da política educativa e tem por finalidade fomentar a coordenação da política educativa, relacionando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos

agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e conduzindo o funcionamento do referido sistema e sugerindo as acções consideradas ajustadas à promoção de maiores padrões de eficiência do mesmo.

Competências

Para a prossecução dos objectivos citados anteriormente, compete ao Conselho Municipal de Educação decidir, em especial, sobre as seguintes matérias:

- Coordenação do sistema educativo e articulação da política educativa com outras políticas sociais, em específico nas áreas da saúde, da acção social e da formação e emprego;
- Acompanhamento do processo de elaboração e de actualização da carta educativa, a qual deve resultar de estreita colaboração entre os órgãos municipais e os serviços do Ministério da Educação, com vista a, assegurar a salvaguarda das necessidades de oferta educativa do município, garantir o apropriado ordenamento da rede educativa nacional e municipal;
- Participação na negociação e realização dos contratos de autonomia, prenunciados nos artigos 47.º e seguintes do Decreto-lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio;
- Apreciação dos projectos educativos a incrementar no município;
- Adaptação das diferentes modalidades de acção social escolar às necessidades locais, em específico no que se refere aos apoios sócio-educativos, à rede de transportes escolares e à alimentação;
- Medidas de desenvolvimento educativo, no âmbito do apoio a crianças e jovens com necessidades educativas especiais, da organização de actividades de complemento curricular, da qualificação escolar e profissional dos jovens e da promoção de ofertas de formação ao longo da vida, do desenvolvimento do desporto escolar, assim como, do apoio a iniciativas relevantes de carácter cultural, artístico, desportivo, de preservação do ambiente e de educação para a cidadania;
- Programas e acções de prevenção e segurança dos espaços escolares e seus acessos;
- Intervenções de qualificação e requalificação do parque escolar;

Compete, ainda, ao Conselho Municipal de Educação, analisar o funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino, em particular no que respeita às características e adequação das instalações, ao desempenho do pessoal docente e não

docente e à assiduidade e sucesso escolar das crianças e alunos, reflectir sobre as causas das situações analisadas e sugerir as acções adequadas à promoção da eficiência do sistema educativo.

4 - CARTA EDUCATIVA

A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de rede escolar ao nível das estruturas, equipamentos, localização, integração comunitária e gestão, que se consubstancia como um dos instrumentos privilegiados do Conselho Municipal de educação para a coordenação da política educativa a nível concelhio. Assim, e de acordo com o Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro, a Carta Educativa incide em 5 pontos básicos:

- A Carta Educativa tem por objecto a identificação, a nível municipal, dos edifícios e equipamentos educativos, e respectiva localização geográfica, assim como as ofertas educativas da educação pré-escolar, dos ensinos básico/secundário da educação escolar, incluindo as suas modalidades especiais de educação, e da educação extra-escolar;
- A Carta Educativa envolve uma identificação dos recursos humanos fundamentais à prossecução das ofertas educativas supracitadas no número anteriormente, bem como uma análise da incorporação dos mesmos a nível municipal, de acordo com os cenários de desenvolvimento urbano e escolar;
- A Carta educativa incide sobre os estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino da rede pública, privada, cooperativa e solidária;
- A Carta Educativa deve incidir, também, sobre a realização da acção social escolar no município, nos termos das modalidades estabelecidas na lei e de acordo com as capacidades dos municípios, do Ministério da Educação e demais entidades;
- A Carta Educativa deve prever os termos da contratualização entre os Municípios e o Ministério da Educação, ou outras entidades, quanto à prossecução pelo município de competências na área das actividades complementares, de acção educativa e do desenvolvimento do desporto escolar, de acordo com tipologias contratuais e custos padronizados, a designar em protocolo a celebrar entre o Ministério da Educação e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses;

5 - PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE VALPAÇOS

O Plano Municipal de Emergência de Valpaços foi criado para organizar a intervenção das entidades e recursos disponíveis e com a responsabilidade na área da segurança, em situações de emergência que se possam originar ou ter influência na área do município.

O PME de Valpaços determina o quadro orgânico e funcional de intervenção em situações de grave risco, catástrofe pública bem como o dispositivo de funcionamento dos diversos serviços chamados a interferir em situações de emergência, assim como a coordenação entre as várias forças intervenientes no plano. Descreve também os mecanismos que facultam a gestão dos meios e recursos para intervir em situações de emergência. O PME de Valpaços inclui-se na Organização Nacional de Emergência e articula-se com os níveis de Protecção Civil Distrital levado a cabo pelo CDOS e a nível nacional, da responsabilidade do SNBPC, na casualidade de ocorrência de um incêndio de dimensão tal que sobrepuje com intensidade considerável os limites do concelho, ou a capacidade de intervenção do CMOEPC.

6 - SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL

A Protecção Civil é a actividade desenvolvida pelo Estado e pelos cidadãos com a finalidade de evitar os riscos colectivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de origem natural ou tecnológica, e de atenuar os seus efeitos e auxiliar as pessoas em perigo, na possibilidade de ocorrência das situações citadas anteriormente.

Desta forma, os objectivos da Protecção Civil são:

- Evitar a ocorrência de riscos colectivos seguintes de acidente grave;
- Reduzir e limitar os efeitos decorrentes de tais situações;
- Socorrer e assistir as pessoas e bens em perigo;

Os domínios de actuação, prendem-se com:

- Levantamento, previsão, avaliação e prevenção de riscos colectivos de origem natural ou tecnológica;
- Análise contínua das vulnerabilidades;
- Informação e formação das populações;

- Planeamento de emergência, visando a busca, o salvamento, a prestação de socorro e assistência, assim como a educação, alojamento e abastecimento das populações;
- Registo de meios e recursos;
- Estudo e divulgação de formas ajustadas de protecção de edifícios, bens culturais, instalações de serviços fundamentais, do ambiente e de recursos naturais.

7 - PLANO DIRECTOR MUNICIPAL

O Plano Director Municipal constitui um importante instrumento estratégico de planeamento, tendo por função definir um modelo de organização municipal que deve constituir uma expressão territorial da estratégia de desenvolvimento local.

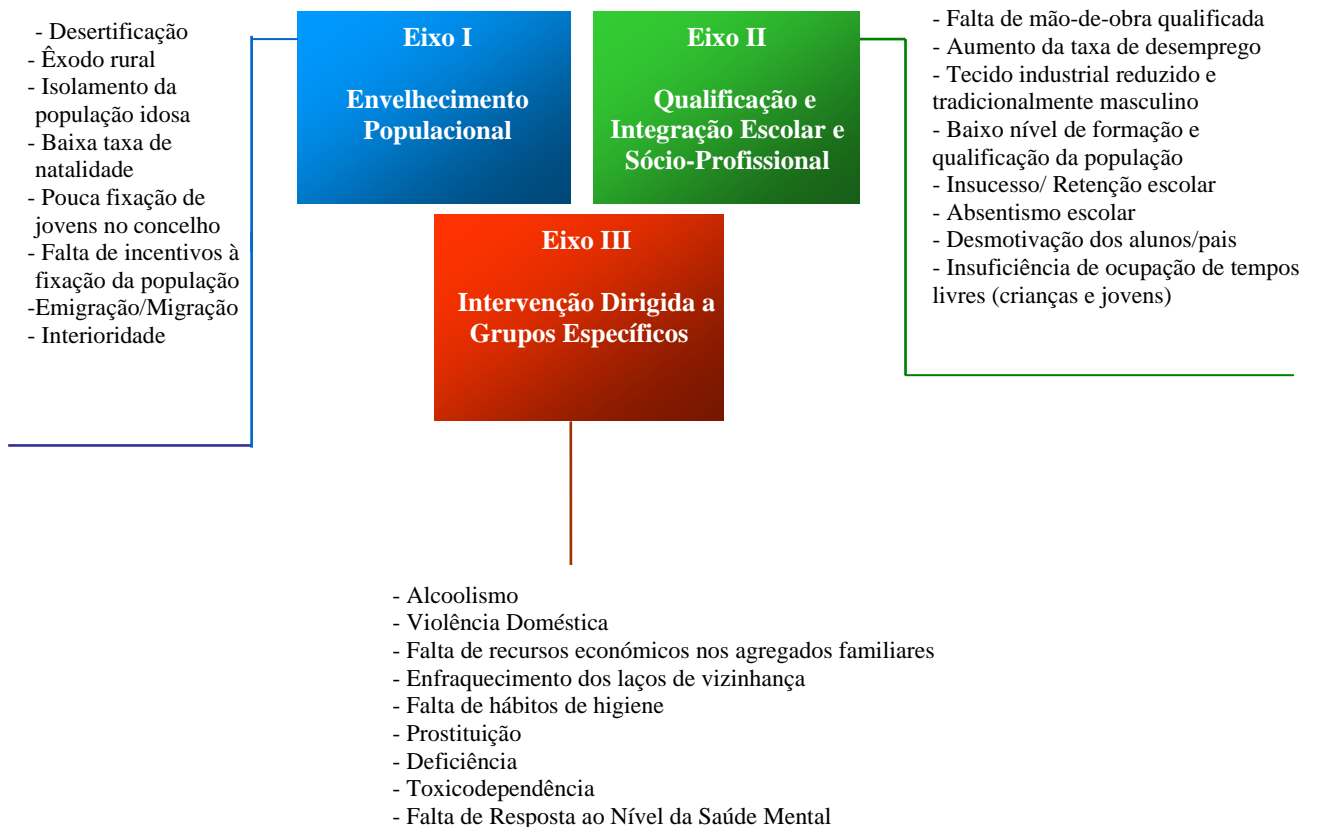
Tendo em conta a Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/94, publicada no Diário da República de 09 de Setembro de 1994, e as alterações introduzidas pela Resolução de Conselhos de Ministros n.º80/2000 de 07 de Julho, constituem objectivos do PDM de Valpaços:

- O fortalecimento da coesão territorial, pela afirmação da cidade como principal centro de prestação de serviços, a adopção de um modelo de desenvolvimento multipolar devidamente hierarquizado, o acréscimo da mobilidade interna e externa;
- A preservação da qualidade ambiental e do património natural e edificado;
- A modernização e diversificação dos sectores económicos, através da reestruturação e potenciação dos recursos endógenos existentes e da constituição de uma política de promoção de acolhimento empresarial.

***DIAGNÓSTICO DE PROBLEMAS E DE
NECESSIDADES***

Problemas a Intervencionar pelo Plano de Desenvolvimento Social

Nesta fase apresentamos as áreas de intervenção consideradas prioritárias, assim como as principais problemáticas identificadas no diagnóstico social das quais resultaram três eixos de intervenção:



Deste modo, com o Plano de Desenvolvimento Social passa-se de um nível de conhecimento para um nível de decisão em que são feitas opções, em que se desenvolvem orientações e cenários de transformação da realidade social, permitindo a concretização de propostas e projectos que vão no sentido de se alcançar um patamar mais elevado de justiça e coesão social e determinar linhas orientadoras de desenvolvimento local.

Eixo I – Envelhecimento Populacional

A questão do envelhecimento populacional é percebida como um dos principais problemas do concelho, porém temos que ter em conta que, tal facto deve-se não exclusivamente por se verificar um aumento da população idosa, mas também pelo facto deste problema estar relacionado com o reduzido número de jovens e pela dificuldade em fixá-los.

Desertificação / Êxodo Rural

Em 1991 residiam no concelho 22.586 indivíduos e em 2001 foram contabilizados 19.512 indivíduos. A densidade populacional situava-se, em 2001, em 35,6 Hab/Km². O saldo fisiológico (diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos) no mesmo período de tempo era negativo (-147 indivíduos), ou seja, o número de óbitos registados tem suplantado o número de nados vivos.

O saldo migratório interno revelou em, 2001, valores negativos (-79 indivíduos).

Isolamento da População Idosa

Em 2001, dos 1470 agregados compostos por apenas uma pessoa, 996 eram compostos por indivíduos com 65 ou mais anos (67,8%), dos quais 260 do sexo masculino e 736 do sexo feminino.

Envelhecimento da População / Baixa Taxa de Natalidade

O concelho de Valpaços apresenta características preocupantes traduzidas no duplo envelhecimento populacional, constatando-se que, em 2001, a percentagem de indivíduos com 65 ou mais anos (24,8%) era superior à percentagem de indivíduos com idades igual ou inferior a 14 anos (13,6%). Estamos, portanto, perante índices de envelhecimento (182,6%) e dependência de idosos (40,4%) cada vez mais elevados e

índice de dependência de jovens (22,1%) cada vez mais baixos. Sendo que a taxa de natalidade apresentava, em 2001, valores muito baixos (7,0‰).

Pouca Fixação de Jovens no Concelho

O grupo dos jovens representava, em 2001, apenas 13,6% da população residente.

Emigração/Migração

Nos últimos 10 anos, e de acordo, com informações cedidas pelos Presidentes de Freguesia, 458 pessoas emigraram.

O saldo migratório interno revelou em, 2001, valores negativos (-79 indivíduos).

Eixo II – Qualificação e Integração Escolar e Sócio-Profissional

Aquando da realização do diagnóstico social foi possível verificar que o concelho de Valpaços apresenta grandes debilidades quer ao nível da sua estrutura económica (pouca e diferenciada oferta de emprego), quer ao nível das características socioprofissionais da população activa (baixos níveis de escolaridade e qualificação).

Pode-se assim afirmar que os baixos níveis de escolaridade e formação caracterizam a população, em que factores como o absentismo escolar, insucesso escolar, abandono escolar precoce, a baixa expectativa que a escola representa para a grande parte das famílias sobretudo aquelas com menores rendimentos, os baixos níveis de rendimento da população que promovem baixos níveis culturais e baixas expectativas e ainda o facto de estarmos perante um concelho envelhecido, têm contribuído para a subsistência do problema.

Falta de Mão-de-Obra Qualificada

Em 2001, existia um elevado número de indivíduos que possuía apenas o 1º ciclo do ensino básico (47,9%), se a este valor acrescentarmos a percentagem de população com “nenhum” nível de ensino (20,9%), obtemos valores muito significativos relativamente ao baixo nível de instrução da população. Num universo total de 19.512 indivíduos, apenas 833 completaram um curso superior (4,27%).

Aumento da Taxa de Desemprego

A taxa de desemprego, entre 1991 e 2001, é desfavorável para o concelho, uma vez que aumentou de 3,1% para 10%. Pode-se ainda mencionar que este fenómeno recai particularmente sobre a população que possui baixas qualificações escolares, pois no ano 2005 estavam inscritos no Centro de Emprego de Chaves, 608 desempregados, dos quais 37,9% possuíam apenas o 1º ciclo, seguindo-se os indivíduos com o 2º ciclo (19,6%).

Tecido Industrial Reduzido e Tradicionalmente Masculino

Dos 6.599 indivíduos economicamente activos, em 2001, podemos afirmar que 4.384 indivíduos pertenciam ao sexo masculino (66,4%) e 2.215 indivíduos pertenciam ao sexo feminino (33,6%). Este aspecto acaba por nos levar a considerar que há desigualdades no acesso ao mercado de trabalho.

Baixo Nível de Formação e Qualificação da População

Os últimos censos de 2001 revelam que a população residente com o 1º ciclo do ensino básico é aquela que tinha mais efectivos (9.339), seguida dos indivíduos que não possuem nenhum nível de ensino (4.079). A agravar esta situação de baixa formação literária, observa-se que a taxa de analfabetismo era de 18,3%, embora tenha diminuído 2% de 1991 a 2001.

Insucesso/Retenção Escolar

Quanto à taxa de retenção escolar referente ao ano lectivo 2004/2005, pode-se afirmar que ao nível do 2º e 3º ciclos, os Agrupamentos Escolares de Lebução e Carrazedo de Montenegro registaram uma taxa de retenção na ordem dos 22%, o Agrupamento de Valpaços, assinalou uma taxa de 19,95% e o Agrupamento de Vilarandelo registou uma taxa de 30,72%.

Ao nível do Ensino Secundário, num total de 375 alunos, registaram-se 119 retenções, das quais 89, no 12º ano de escolaridade.

Abandono / Absentismo Escolar

No que se refere ao abandono nos 2º e 3º ciclos de escolaridade, no ano lectivo 2004/2005, o Agrupamento de Escolas de Valpaços, registou uma taxa de 5,74%, o de Carrazedo de Montenegro, 5% e o de Vilarandelo assinalou uma taxa de 4,29%, ao passo que, o Agrupamento de Lebução, não registou nenhum caso de abandono escolar.

Eixo III – Intervenção Dirigida a Grupos Específicos

Os principais problemas dos grupos mais desfavorecidos do concelho prendem-se essencialmente com: a pobreza; as dependências, ao nível do alcoolismo e consumo de drogas; a deficiência; a violência doméstica e a falta de infra-estruturas básicas nas habitações.

De referir que, é difícil averiguar o número exacto de casos de indivíduos alcoólicos, toxicodependentes ou vítimas de violência doméstica, pois não existe um levantamento rigoroso e concreto sobre estas problemáticas, mas sim a percepção de que o problema existe e com tendência a aumentar.

Alcoolismo

No que respeita à população com hábitos de consumo exagerado de álcool, e com base nos dados fornecidos pelos Presidentes de Freguesia, existiam em 2005, 114 pessoas. Importa salientar que, o consumo de álcool no concelho é um fenómeno bem mais visível que o consumo de drogas ilícitas. Este problema na maior parte das vezes está associado à violência doméstica.

Deficiência

Quanto à população portadora de deficiência, não existe nenhum equipamento no concelho a este nível, podemos, no entanto salientar que, em 2001 existiam 1.471 indivíduos com algum tipo de deficiência (35,1% motora, 18,8% visual, 13,9% mental, 10,5% auditiva, 2,3% paralisia e 19,3% apresentava outro tipo de deficiência).

Num estudo realizado recentemente, pelo Município, foram inquiridos 268 indivíduos portadores de deficiência (165 do sexo masculino e 103 do sexo feminino), com idades compreendidas entre os 0-65 anos de idade, e constatou-se que 50% apresentavam uma deficiência mental, 24% deficiência física/motora e 14% deficiência sensorial (auditiva, visual, fala).

Toxicoddependência

De acordo com os Presidentes de Freguesias, no ano 2005, contabilizaram-se um total de 20 indivíduos toxicoddependentes. No período de 1997 a 2005, recorreram ao Centro de Apoio a Toxicoddependentes de Chaves, 48 indivíduos do sexo masculino, residentes no concelho.

***Linhas Orientadoras do Plano de
Desenvolvimento Social***

EIXO I

ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

PROBLEMAS A RESPONDER:

Desertificação
Êxodo rural
Isolamento da população idosa
Pouca fixação de jovens no concelho
Falta de incentivos à fixação da população
Emigração/Migração
Interioridade

OBJECTIVO GERAL:

Até final de 2010, são criadas as condições necessárias à melhoria da qualidade de vida de 15%⁸ da população idosa do concelho.

OBJECTIVO (s) ESPECÍFICO (s):

- Até final de 2010, é melhorada a rede de equipamentos sociais através da criação de cinco valências sociais de apoio a idosos;
- Até final de 2010, é melhorada a qualidade de prestação do serviço de apoio domiciliário em 50% dos equipamentos de apoio a idosos⁹;
- Até final de 2009, são realizadas 2 campanhas de consciencialização e responsabilização familiar, para 15 famílias, enquanto prestador de cuidados dos idosos;
- Até meados de 2008, é criada uma bolsa de Acolhimento Familiar para idosos, constituída por 5 famílias;
- Até final de 2007, é implementado o Projecto “Afectos”;
- Até final de 2007, é criado um Programa de Voluntariado;
- Até final de 2009, é implementado um serviço de tele-alarme a 20%¹⁰ da população idosa que se encontra em situação de isolamento;
- Até final de 2010, são melhoradas as condições habitacionais de 15 idosos que beneficiem de apoio domiciliário.

ESTRATÉGIAS A UTILIZAR:

- Levantamento das necessidades junto das instituições para a criação de novas valências;
- Melhorar a articulação e operacionalidade entre os equipamentos sociais de apoio a idosos;
- Sensibilizar as instituições de apoio a idosos, no sentido de, criarem critérios de selecção para o ingresso dos idosos mais carenciados nas instituições;
- Formação contínua junto dos trabalhadores que prestam o serviço de apoio domiciliário;

⁸ De acordo com o INE, no ano 2001, contabilizaram-se 4.847 idosos no concelho, logo, 15% corresponde a 727 idosos.

⁹ Actualmente existem 11 instituições que prestam apoio domiciliário, assim, 50% equivale aproximadamente a 6 equipamentos sociais.

¹⁰ Com base num levantamento feito junto dos Presidentes de Freguesias do concelho, existem aproximadamente 700 idosos em situação de isolamento, logo, 20% corresponde a 140 idosos.

- Estudar/ avaliar junto dos idosos que beneficiam do apoio domiciliário, quais as suas principais necessidades e o grau de satisfação;
- Sensibilizar as famílias para a sua responsabilidade familiar/social junto dos idosos;
- Sensibilização/divulgação junto da comunidade sobre a bolsa de Acolhimento Familiar para idosos;
- Recrutamento de 5 “famílias de acolhimento”;
- Formação para 5 “famílias de acolhimento”;
- Estabelecer parcerias entre a Autarquia, IPSS’s, Associações Recreativas e Culturais, Agrupamentos de Escolas, Centro de Saúde e outras entidades para a implementação do projecto Afectos;
- Desenvolver várias actividades de animação e convívio para pessoas com 65 ou mais anos de idade;
- Acções de sensibilização dirigidas à comunidade sobre o voluntariado;
- Formação dos voluntários;
- Divulgação do serviço de tele-alarme junto da população idosa;
- Celebração de acordos com as diversas entidades, para implementação do serviço de tele-alarme;
- Divulgação/Sensibilização junto da população idosa do Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas.

RESULTADOS ESPERADOS:

- Maior articulação entre as instituições de apoio a idosos;
- Melhoria das condições de vida da população idosa;
- Garantir que os idosos em situação económica mais desfavorável e em situação de isolamento social tenham primazia no acesso aos equipamentos sociais existentes;
- Melhorar a qualidade do serviço de apoio domiciliário;
- Reforço dos serviços prestados;
- 2 Campanhas de consciencialização/sensibilização junto das famílias sobre a sua responsabilidade familiar/ social junto dos idosos;
- 1 Sessão de sensibilização/divulgação sobre a Bolsa de Acolhimento Familiar para idosos;
- Constituição de uma bolsa de “famílias de acolhimento”;
- 2 Acções de formação dirigidas às “famílias de acolhimento”;
- Promover a valorização pessoal dos idosos;

- Relações de vizinhança mais estreitas;
- Abranger no projecto Afectos cerca de 85%¹¹ dos idosos do concelho em situação de isolamento;
- Adesão ao projecto de 60%¹² dos idosos das freguesias mais distantes da sede do concelho;
- Criação de 4 núcleos de apoio aos idosos através do projecto Afectos, nas freguesias de Valpaços, Carrazedo de Montenegro, Lebução e Veiga de Lila;
- Constituição de uma rede de voluntariado;
- 1 Acção de formação para voluntários;
- Acompanhamento técnico mais próximo da população idosa;
- Em situações de urgência são accionados de forma célere os mecanismos de resposta às necessidades do idoso;
- Evitar a institucionalização e situações de dependência dos idosos.

INDICADORES DE AVALIAÇÃO:

- N.º de equipamentos sociais criados para apoio à população idosa;
- N.º de instituições que tentaram entre si, melhorar a articulação e operacionalidade dos equipamentos de apoio a idosos,
- N.º de idosos a beneficiar de apoio domiciliário;
- N.º de prestadores de cuidados que receberam formação contínua;
- N.º de prestadores de cuidados que constituem a equipa de apoio domiciliário;
- N.º de campanhas de consciencialização/responsabilização familiar enquanto prestador de cuidados dos idosos;
- N.º de famílias que mudaram os comportamentos após as campanhas de consciencialização/responsabilização familiar;
- N.º de idosos apoiados pelas suas famílias de origem;
- N.º de acções de sensibilização/informação sobre a Bolsa de Acolhimento Familiar para idosos;
- N.º de pessoas que participaram em acções de sensibilização/informação para a Bolsa de Acolhimento Familiar para idosos/ Grau de satisfação;
- N.º de famílias de acolhimento constituídas;

¹¹ De acordo com um levantamento realizado junto dos Presidentes de Freguesias do concelho, existem aproximadamente 700 idosos em situação de isolamento, logo, 85% corresponde a 595 idosos.

¹² Existem aproximadamente 220 idosos em situação de isolamento a residir nas freguesias mais distantes da sede do concelho, assim, 60% corresponde a 132 idosos.

- N.º de acções de formação para famílias de acolhimento/ n.º de participantes;
- N.º de idosos que aderiram ao projecto Afectos;
- N.º de parcerias estabelecidas para a dinamização das várias actividades de animação e convívio do projecto Afectos;
- N.º de actividades de animação e convívio desenvolvidas com a população idosa;
- N.º de idosos que participaram nas várias actividades de animação e convívio;
- N.º de acções de sensibilização/informação para a criação do programa de voluntariado e n.º de participantes;
- N.º de voluntários que vão constituir a rede de voluntariado;
- N.º de idosos abrangidos pelo voluntariado;
- N.º de idosos que aderiram ao serviço de tele-alarme;
- N.º de situações ocorridas e às quais foi dada resposta;
- N.º de idosos que se candidataram ao Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas;
- N.º de candidaturas aprovadas.

RECURSOS:

Câmara Municipal de Valpaços; Juntas de Freguesias; IPSS's do concelho; Santa Casa da Misericórdia de Valpaços; Projecto Afectos; Programa de Apoio Integrado a Idosos (Serviço de Apoio Domiciliário – SAD; Formação de Recursos Humanos – FORHUM e Serviço Tele-alarme - STA); Segurança Social; Centro de Saúde de Valpaços; Plano Nacional para a Inclusão (Medidas: Programa de Alargamento de Equipamentos Sociais – PARES; Voluntariado; Projecto Piloto de Requalificação Habitacional da população Idosa - Programa de Conforto Habitacional para Idosos); Carta Social; Agrupamentos de Escolas; Escola Secundária; Associações Recreativas, Desportivas e Culturais; Segurança Social; Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo concelhio de Valpaços; Bombeiros; GNR; Párcos.

OBJECTIVO GERAL:

Até final de 2010, é elaborado um plano de desenvolvimento turístico do concelho de Valpaços.

OBJECTIVO (s) ESPECÍFICO (s):

- Até final de 2009, é dinamizada e divulgada a actividade turística no concelho;
- Até final de 2010, são potenciados os recursos existentes, de forma a aumentar a empregabilidade e o tecido produtivo ao nível dos produtos típicos locais.

ESTRATÉGIAS A UTILIZAR:

- Apoio a programas/projectos que visem a dinamização do sector do turismo;
- Incentivar restaurantes do concelho, a utilizar nas suas ementas, gastronomia local e produtos locais certificados;
- Apostar no turismo natureza, na vertente do agro-turismo;
- Promover e divulgar as potencialidades turísticas existentes no concelho, através do site do Município;
- Criação de rotas temáticas de interpretação do património natural, material e imaterial;
- Sensibilizar as entidades competentes para a criação de um posto de turismo;
- Valorizar as potencialidades ao nível do artesanato, gastronomia e produções locais;
- Negociar com o comércio tradicional a venda dos produtos típicos do concelho;
- Incentivar as entidades competentes para a certificação das produções locais (fumeiro, folar, vinho e castanha);
- Criar nas feiras quinzenais da sede do concelho, espaços dedicados à comercialização de produtos típicos do concelho (mel, folar, vinho, azeite, artesanato...);
- Candidaturas a Programas de Apoio Comunitário/QREN.

RESULTADOS ESPERADOS:

- Atracção e fixação da população jovem;
- Colmatar/ atenuar a desertificação;
- Atrair visitantes ao concelho;
- Maior aposta no agro turismo;
- Criação de novos postos de trabalho;
- Divulgação e comercialização de produtos típicos do concelho;
- Projecção de uma imagem do concelho e dos seus recursos para o exterior;

- Adesão por parte de dois proprietários do comércio tradicional, para a venda de produtos típicos locais;
- Aumento da venda dos produtos típicos do concelho.

INDICADORES DE AVALIAÇÃO:

- N.º de restaurantes que utilizam nas suas ementas, gastronomia local e produtos locais certificados;
- N.º de pessoas que apostaram no agro turismo;
- N.º de consultas ao site do Município;
- N.º de visitas ao posto de turismo;
- N.º de postos de trabalho criados;
- N.º de comércios locais que vendem produtos típicos locais;
- N.º de produtos típicos locais vendidos;
- N.º de produtos certificados;
- N.º de visitantes por ano.

RECURSOS:

Câmara Municipal de Valpaços; Empresas do concelho; UNIVA; Juntas de Freguesias; ACISAT; Região de Turismo do Alto Tâmega e Barroso; Programas de Apoio Comunitário/QREN; ADRAT; AMAT.

EIXO II

QUALIFICAÇÃO E INTEGRAÇÃO ESCOLAR E SÓCIO-PROFISSIONAL

PROBLEMAS A RESPONDER:

Baixo nível de formação e qualificação da população
Insuficiência de ocupação de tempos livres (crianças e jovens)
Insucesso escolar
Absentismo escolar
Desmotivação dos alunos/pais
Falta de mão-de-obra qualificada
Aumento da taxa de desemprego
Tecido industrial reduzido e tradicionalmente masculino

OBJECTIVO GERAL:

Até final de 2010, é melhorada a qualificação profissional de 5%¹³ da população activa (empregada e desempregada) do concelho.

OBJECTIVO (s) ESPECÍFICO (s):

• Até final de 2010, é executada uma prática de formação contínua para 5%¹⁴ da população activa (empregada e desempregada), constituída por um conjunto de 6 acções formativas de nível II e III.

ESTRATÉGIAS A UTILIZAR:

- Promover campanhas de informação e sensibilização a entidades empregadoras e trabalhadores sobre a importância da qualificação escolar na vida activa (serviços públicos, administração local, empresas, IPSS's);
- Divulgar e estimular através de campanhas de sensibilização (boletim municipal, jornais locais, panfletos, brochuras...) a frequência dos cursos EFA, Centro de Novas Oportunidades, Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e cursos realizados pelo IEFP – Centro de Formação Profissional de Chaves.

RESULTADOS ESPERADOS:

- Realização de 2 campanhas de informação e sensibilização a entidades empregadoras e trabalhadores;
- Realização de 6 acções formativas com equivalência ao nível II e III em diversas áreas;
- 5 % da população activa vê melhoradas as suas qualificações profissionais;
- Reconhecimento oficial e legal de competências adquiridas ao longo da vida através da emissão de diplomas que confirmam a equivalência aos diversos ciclos do Ensino Básico;
- 5 Entidades públicas e privadas¹⁵ mobilizadas para a necessidade de formação profissional.

¹³ De acordo com os censos de 2001, a população activa (empregada/desempregada) é aproximadamente de 6.599 indivíduos, logo, 5% corresponde a 329 indivíduos.

¹⁴ Ibem.

¹⁵ Câmara Municipal, St.ª Casa da Misericórdia, Corporação de Bombeiros; Cooperativa de azeite e Cooperativa do Vinho.

INDICADORES DE AVALIAÇÃO:

- N.º de campanhas de informação/ sensibilização;
- N.º de formandos a frequentar os cursos EFA/ Nível de satisfação dos formandos;
- N.º de formandos a frequentar os CRVCC/ Nível de satisfação dos formandos;
- N.º de formandos a frequentar o Centro de Novas Oportunidades/ Nível de satisfação dos formandos;
- N.º de formandos a frequentar cursos realizados pelo IEFP – Centro de Formação Profissional de Chaves/ Nível de satisfação dos formandos;
- N.º de entidades públicas e privadas que viram melhoradas as qualificações profissionais dos seus trabalhadores;
- N.º de trabalhadores encaminhados pelas entidades patronais para a formação profissional;
- N.º de entidades públicas e privadas abrangidas;
- N.º de acções formativas realizadas;
- N.º de certificados emitidos pelas entidades formadoras.

RECURSOS:

Câmara Municipal de Valpaços; Agrupamentos de Escolas; Escola Secundária; Centro de Emprego de Chaves; Centro de Formação Profissional de Chaves; Empresários do concelho; Cursos EFA; Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências; Plano Nacional para a Inclusão (Medida: Programa de Intervenção Mercado de Trabalho Inclusivo); Plano Nacional de Emprego (Directriz n.º 20: Prioridade - “Reorganizar e racionalizar a rede de ofertas de formação inicial e contínua” e Directriz n.º 23: Prioridades - “Dar um novo impulso à educação e formação de adultos”, “Promover o reforço da formação contínua dos trabalhadores”); Quadro de Referência Estratégica Nacional; UNIVA; Juntas de Freguesias; ACISAT.

OBJECTIVO GERAL:

Até final de 2010, as taxas de abandono, absentismo e insucesso escolar¹⁶ do concelho de Valpaços são reduzidas em 30%.

OBJECTIVO (s) ESPECÍFICO (s):

- Até final de 2010, são diminuídos em 30% os casos de abandono, absentismo e insucesso escolar;
- Até final de 2010, 10 jovens do concelho a frequentar o ensino secundário, e que estão em risco de abandonar a escola, ou a abandonaram, adquirem formação nas várias áreas de interesse para o concelho (turismo, carpintaria, pichelharia e electricidade);
- Até final de 2010, 8 jovens do concelho que frequentaram cursos de formação nas áreas do turismo, carpintaria, pichelharia e electricidade, criaram o seu próprio emprego.

ESTRATÉGIAS A UTILIZAR:

- Desenvolver 3 campanhas de sensibilização/ informação com divulgação de mensagens apelativas, para que os jovens regressem à escola para finalizar o 9º ou 12º ano de escolaridade;
- Envolver os jovens e pais nas campanhas de sensibilização/ informação;
- Promover Planos de Formação Profissional para os jovens em situação de abandono, absentismo ou insucesso escolar;
- Promover programas de orientação vocacional, dirigidos para o 3º ciclo e ensino secundário (privilegiando o empreendedorismo e o “empowerment”);
- Divulgar e estimular a frequência de cursos PIEF/ CEF;
- Desenvolver o Projecto “Férias em Grande” a fim de ocupar os tempos livres das crianças e jovens no período de férias escolares;
- Candidaturas a projectos de apoio à educação e formação dos jovens;
- Estabelecer/ alargar protocolos com as empresas locais/ entidades públicas para visitas de estudos e pequenos estágios, em contexto real de trabalho – dirigido a 3º ciclo e ensino secundário;

¹⁶ De acordo com um levantamento efectuado junto dos estabelecimentos de ensino do concelho, a taxa de abandono escolar no ano lectivo 2004/05 nos 2º e 3º ciclos, era de aproximadamente de 5%, e a taxa de insucesso era de aproximadamente de 27%.

- Candidaturas a projectos que visem o apoio à educação e formação dos jovens;
- Intercâmbio entre a UNIVA de Valpaços, Centro de Emprego de Chaves, Centro de Formação Profissional de Chaves e Escola Profissional de Chaves, de forma a integrar formandos dos cursos profissionais, nas empresas do concelho;
- Planear acções de informação dirigidas às escolas para divulgar ofertas de cursos profissionalizantes (nível II e III, tais como, carpintaria, electricidade, pichelharia, serralharia...) realizados pelo Centro de Formação Profissional de Chaves e Escola Profissional de Chaves, envolvendo os pais;
- Dar a conhecer aos jovens, através do IEF – Centro de Emprego de Chaves, as medidas para a criação do próprio emprego.

RESULTADOS ESPERADOS:

- Diminuição da taxa de abandono, absentismo e insucesso escolar em 30%;
- Organização de 3 campanhas de informação/sensibilização para reforçar a importância da qualificação escolar;
- Elaboração de Planos de Formação Profissional para os jovens em situação de abandono, absentismo ou insucesso escolar, com os vários Agrupamentos Escolares e Escola Secundária;
- Realização de 2 visitas de estudo a empresas locais/ entidades públicas;
- Realização de 10 estágios em contexto real de trabalho;
- Optimização/ Divulgação das alternativas ao ensino tradicional, nomeadamente cursos profissionais/ cursos PIEF e cursos CEF;
- Realização do Projecto “Férias em Grande”;
- Formação por parte dos jovens do concelho, nas áreas de interesse para o concelho;
- Realização de 1 acção de divulgação das medidas do Centro de Emprego de Chaves para a criação do próprio emprego e apoio na elaboração de candidaturas;
- 8 Jovens criaram o seu próprio emprego.

INDICADORES DE AVALIAÇÃO:

- N.º de campanhas de informação e sensibilização para reforçar a importância da qualificação escolar;
- N.º de jovens envolvidos nas campanhas de informação e sensibilização;
- N.º de alunos sinalizados em situação de abandono/absentismo/insucesso escolar;

- N.º de alunos que após abandonarem a escola, regressaram;
- N.º de alunos que procuraram orientação vocacional;
- N.º de alunos que no final de cada ano lectivo optaram por vias profissionalizantes/ cursos PIEF ou CEF;
- N.º de visitas de estudo;
- N.º de estágios realizados em contexto real de trabalho;
- N.º de jovens que criaram o seu próprio emprego após a frequência de cursos profissionalizantes;
- N.º de parcerias constituídas;
- N.º de jovens que tiraram cursos profissionalizantes e que foram empregados no concelho.

RECURSOS:

Câmara Municipal de Valpaços; Agrupamentos de Escolas; Escola Secundária de Valpaços; Centro de Emprego de Chaves; Centro de Formação Profissional de Chaves; Escola Profissional de Chaves; UNIVA; ACISAT; Empresários do concelho; Plano Nacional para a Inclusão (Iniciativas: Percursos Curriculares Alternativos; Novas Oportunidades; Programa Escolhas; Medidas: Micro-crédito); Plano Nacional de Emprego (Directriz n.º 18: Prioridade – “Facilitar a transição dos jovens para a vida activa”; Directriz n.º 19: Prioridade – “Prevenir e combater o desemprego”; Directriz n.º 23: Prioridade - “Expandir a educação e a formação de nível secundário” e “Dar um novo impulso à educação e formação de adultos;); CPCJ; Conselho Municipal de Educação; Carta Educativa.

OBJECTIVO GERAL:

Até final do ano lectivo 2009/2010, 75 pais adquiriram/desenvolveram competências parentais no âmbito do apoio/educação dos seus filhos.

OBJECTIVO (s) ESPECÍFICO (s):

- A partir do ano lectivo 2007/2008, 15 pais em cada Agrupamento Escolar e Escola Secundária tiveram um papel activo no percurso escolar dos seus filhos.

ESTRATÉGIAS A UTILIZAR:

- Promover sessões de informação e debates sobre a articulação entre: escola, família e comunidade, sensibilizando também os pais para a orientação escolar e profissional dos filhos;
- Criar e apoiar equipas multidisciplinares de trabalho e de suporte às escolas e às famílias;
- Criação de momentos/ actividades de convívio entre pais e filhos em contexto escolar.

RESULTADOS ESPERADOS:

- Articulação activa entre escolas, pais e comunidade;
- Participação de 15 pais em cada Agrupamento Escolar e Escola Secundária, na vida escolar dos filhos;
- Realização de 4 momentos/ actividades de convívio entre pais e filhos em contexto escolar.

INDICADORES DE AVALIAÇÃO:

- N.º de sessões de informação e debates;
- N.º de pais envolvidos;
- N.º de técnicos que incorporam as equipas multidisciplinares;
- N.º de pais que mudaram/desenvolveram competências parentais e educativas;
- Grau de participação dos pais na vida escolar dos filhos;
- N.º de actividades de convívio entre pais e filhos no contexto escolar/ grau de satisfação;
- N.º de pais a participar nos momentos/ actividades de convívio;
- N.º de alunos a participar nos momentos/ actividades de convívio.

RECURSOS:

Câmara Municipal de Valpaços; CPCJ; Agrupamentos de Escolas e outras Instituições Escolares; Associações de Pais; Associações de Estudantes; Centro de Formação Profissional de Chaves; Centro de Emprego de Chaves; Conselho Municipal de Educação; Carta Educativa.

EIXO III

**INTERVENÇÃO DIRIGIDA A GRUPOS
ESPECÍFICOS**

PROBLEMAS A RESPONDER:

Alcoolismo
Violência Doméstica
Falta de recursos económicos nos agregados familiares
Enfraquecimento dos laços de vizinhança
Falta de hábitos de higiene
Prostituição
Deficiência
Toxicod dependência

OBJECTIVO GERAL:

A partir de 2007, é fomentada uma estratégia de sensibilização e prevenção relativamente aos comportamentos de risco (consumo de álcool, toxicod dependência, violência doméstica, prostituição...).

OBJECTIVO (s) ESPECÍFICO (s):

- A partir do ano lectivo 2007/08 são realizados 3 workshops no âmbito da prevenção de comportamentos de risco (consumo de álcool, toxicod dependência, violência doméstica, prostituição...), dirigida aos professores dos Agrupamentos Escolares (professores do 2º e 3º ciclo) e Escola Secundária;
- A partir do ano lectivo de 2007/2008 são integradas nas aulas do 2º e 3º ciclos e ensino secundário, 2 vezes por ano, temáticas relacionadas com comportamentos de risco;
- Até Setembro de 2008, é feito um levantamento do número de pessoas com problemas de alcoolismo no concelho;
- Entre 2008 e 2010, 30% das pessoas diagnosticadas no estudo, estão motivadas para tratamento;
- Até final de 2010, 40 famílias desestruturadas/difuncionais são acompanhadas e apoiadas por equipas multidisciplinares.

ESTRATÉGIAS A UTILIZAR:

- Aproveitamento dos recursos humanos existentes nas entidades locais, para a dinamização da acção de formação dirigida aos professores;
- Sensibilização/Informação/Formação junto dos professores sobre comportamentos de risco (como reagir perante determinada situação, para quem encaminhar, como abordar o tema nas aulas...);
- Integração nas aulas do 2º e 3º ciclo e ensino secundário, temáticas relacionadas com comportamentos de risco;
- Sensibilizar os jovens para a problemática dos comportamentos de risco, através da colocação de imagens apelativas nas escolas, sobre os efeitos nefastos dos comportamentos de risco;
- Aplicação de um inquérito por questionário à população e entidades competentes sobre a problemática do alcoolismo;
- Sensibilizar a população alcoólica para consultas de alcoologia;

- Desenvolvimento de um programa de educação familiar, através do recurso a visitas domiciliárias, efectuadas por equipas multidisciplinares;

RESULTADOS ESPERADOS:

- Realização de 3 Workshops junto dos professores sobre comportamentos de risco;
- Integração nas aulas do 2/3º ciclo e secundário, temáticas relacionadas com comportamentos de risco;
- Sensibilizar os jovens para temas como a violência doméstica, prostituição, toxicod dependência, alcoolismo...;
- Denúncias por parte de professores, de casos problemáticos relacionados com comportamentos de risco;
- Quebra de mitos e tabus sobre o alcoolismo.
- Prevenir o consumo de dependências (álcool/ estufacientes);
- Diminuição dos comportamentos de risco no concelho;
- Estimativa do número de pessoas com problemas de alcoolismo;
- Maior procura das consultas de alcoologia, por parte da população;
- 30% das pessoas diagnosticadas no estudo, estão motivadas para tratamento;
- 40 famílias desestruturadas/disfuncionais, terem acompanhamento técnico regular.

INDICADORES DE AVALIAÇÃO:

- N.º de Workshops realizados junto dos professores;
- N.º de professores a participar nos Workshops;
- N.º de aulas em que foram abordados temas relacionados com comportamentos de risco;
- N.º de alunos que viram abordados nas aulas temáticas relacionadas com comportamentos de risco;
- N.º de denúncias de comportamentos de risco apresentadas pelos professores;
- N.º de indivíduos com problemas de alcoolismo;
- N.º de indivíduos que recorreram às consultas de alcoolismo/ grau de satisfação;
- N.º de técnicos que incorporam a equipa multidisciplinar nas consultas de alcoologia;
- N.º de famílias desestruturadas/ disfuncionais acompanhadas;
- N.º de técnicos envolvidos nas equipas multidisciplinares;
- N.º de famílias que recebem apoio técnico viram melhorada a sua situação familiar;
- N.º de visitas familiares.

RECURSOS:

Câmara Municipal de Valpaços; Centro de Saúde de Valpaços; GNR; Bombeiros; Segurança Social; CPCJ; IPSS's do concelho; Santa Casa da Misericórdia de Valpaços; Núcleo Executivo; Juntas de Freguesias; Plano Nacional de Saúde; Projecto "Férias em Grande"; Agrupamentos de Escolas e restantes Instituições Escolares; Associações de Estudantes; Unidade de Apoio a Toxicodependentes de Chaves; Ministério Público; Plano Nacional de Acção para a Inclusão ("Contratos de Desenvolvimento Social – CDS").

OBJECTIVO GERAL:

Até final de 2010, é promovida a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos portadores de deficiência.

OBJECTIVO (s) ESPECÍFICO (s):

- Entre 2008 e 2009, é criada uma estratégia de sensibilização das entidades empregadoras do concelho para a integração de 5 %¹⁷ dos indivíduos portadores de deficiência;
- Entre 2008 e 2010, são eliminadas as barreiras arquitectónicas em dois edifícios públicos do concelho (Câmara Municipal e Finanças);
- Até final de 2010, é criada uma rede de serviços de informação e mediação para pessoas com deficiência.

ESTRATÉGIAS A UTILIZAR:

- Reforço das respostas institucionais;
- Realização de campanhas de divulgação/ sensibilização junto das empresas sobre os benefícios em contratarem indivíduos portadores de deficiência;
- Atribuição de um prémio anual INTEGRAR, para entidades empregadoras que integrem pessoas com deficiência;
- Sensibilizar as entidades competentes para o problema das barreiras arquitectónicas;
- Criar e implementar no concelho, um serviço de informação e mediação para pessoas portadoras de deficiência;
- Criar no concelho uma Associação Portuguesa de Pais e Amigos de Crianças com Deficiência Mental.

RESULTADOS ESPERADOS:

- Aumento da empregabilidade dos indivíduos portadores de deficiência;
- Reconhecimento social/ pessoal dos indivíduos portadores de deficiência;
- Melhorar as acessibilidades em 2 edifícios públicos do concelho;
- Criação de um serviço de informação e mediação para pessoas portadoras de deficiência.

¹⁷ De acordo com um levantamento recente efectuado pelo Município de Valpaços, contabilizaram-se 268 indivíduos portadores de deficiência até aos 65 anos de idade, logo, 5% corresponde a 13 indivíduos

INDICADORES DE AVALIAÇÃO:

- N.º de indivíduos portadores de deficiência;
- N.º de campanhas de divulgações / sensibilização realizadas junto das empresas;
- N.º de indivíduos portadores de deficiência, empregados no concelho;
- N.º prémios atribuídos anualmente a entidades empregadoras que integrem pessoas com deficiência;
- N.º de barreiras arquitectónicas eliminadas;
- N.º de indivíduos que recorrem ao serviço de informação e mediação para pessoas com deficiência.

RECURSOS:

Câmara Municipal de Valpaços; Agrupamento de Escolas de Valpaços - Equipa de Ensino Especial; Centro de Saúde de Valpaços; Segurança Social; IPSS's do concelho; Santa Casa da Misericórdia de Valpaços; Plano Nacional de Emprego (Directriz n.º 19: Prioridade - "Promover a inserção no mercado de trabalho de pessoas desfavorecidas e combater a discriminação de que são alvo"); Plano Nacional de Acção para a Inclusão (Medida: Programa de Formação Profissional e Emprego de pessoas com deficiência); Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade.

Seguidamente será apresentado um quadro síntese para demonstrar a articulação de alguns Planos Nacionais (PNAI, PNE, PNS) com os eixos de intervenção delineados no Plano de Desenvolvimento Social de Valpaços.

PNAI (2006-2008)			
Eixo I – Envelhecimento Populacional			
Prioridade 1: Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania			
Objectivo Geral: Até final de 2010, são criadas as condições necessárias à melhoria da qualidade de vida de 15% da população idosa do concelho			
Objectivo (s) Específico (s)	Medida	Descrição	Metas
<ul style="list-style-type: none"> Até final de 2010, é melhorada a rede de equipamentos sociais através da criação de 5 valências sociais de apoio a idosos 	Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais PARES	Apoiar o alargamento, desenvolvimento e a consolidação da rede de equipamentos sociais em Portugal Continental, apostando nomeadamente na criação de novos lugares em respostas sociais nas áreas da infância, idosos e pessoas com deficiência	<p>PNAI: Criar 19.000 vagas em Lares para idosos, Serviços de Apoio Domiciliário e Centro de Dia, até 2009 e 5.750, até 2008</p> <p>Concelho de Valpaços: Contribuirá com 130 novas vagas, o que corresponde a 0,7% das 19.000 vagas previstas no PNAI</p>
<ul style="list-style-type: none"> Até final de 2007, é criado um Programa de Voluntariado 	Voluntariado	Criar uma Rede Nacional de Voluntariado através de programas de promoção local, na área do apoio às pessoas idosas	<p>PNAI: Garantir a intervenção organizada em pelo menos metade dos concelhos do país, até 2008</p> <p>Concelho de Valpaços: Implementação e intervenção organizada de um Programa de Voluntariado</p>
<ul style="list-style-type: none"> Até final de 2010, são melhoradas as condições habitacionais de 15 idosos que beneficiem de apoio domiciliário 	Projecto-piloto de Requalificação Habitacional da População Idosa (Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas)	Melhorar as condições básicas de habitabilidade e mobilidade das pessoas idosas utentes de apoio domiciliário	<p>PNAI: Financiar 570 intervenções em habitações de pessoas idosas com apoio domiciliário em 3 distritos do interior do país</p> <p>Concelho de Valpaços: Contribuirá com 2,6% do total das intervenções previstas no PNAI</p>

PNAI (2006-2008)			
Eixo II – Qualificação e Integração Escolar e Sócio-Profissional			
Prioridade 2: Corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação			
Objectivo Geral: Até final de 2010, é melhorada a qualificação profissional de 5% da população activa (empregada/desempregada) do concelho			
Objectivo (s) Específico (s)	Medida	Descrição	Metas
<ul style="list-style-type: none"> Até final de 2010, é executada uma prática de formação contínua para 5% da população activa (empregada e desempregada), constituída por um conjunto de 6 acções formativas de nível II e III 	<p>Programa de Intervenção Mercado de Trabalho Inclusivo</p>	<p>Formar e certificar escolar e profissionalmente pessoas adultas em idade activa com baixa escolaridade e qualificações, no sentido da promoção da empregabilidade</p>	<p>PNAI: Abranger 153.000 pessoas em idade activa em acções de formação e integração profissional, até 2008</p> <p>Concelho de Valpaços: Dos 153.000 indivíduos previstos no PNAI, o concelho de Valpaços, contribuirá com 329, o que corresponde aproximadamente a 0,2% do total</p>
Objectivo Geral: Até final de 2010, as taxas de abandono, absentismo e insucesso escolar do concelho de Valpaços são reduzidas em 30%			
Objectivo (s) Específico (s)	Medida	Descrição	Metas
<ul style="list-style-type: none"> Até final de 2010, são diminuídos em 30% os casos de abandono, absentismo e insucesso escolar 	<p>Percursos Curriculares Alternativos</p>	<p>Garantir e flexibilizar dispositivos de organização e gestão do currículo destinados a alunos que revelem insucesso escolar repetido ou problemas de integração na comunidade educativa</p>	<p>PNAI: Assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória a alunos até aos 15 anos de idade (inclusive) com insucesso escolar repetido ou risco de abandono escolar, até 2008</p> <p>Concelho de Valpaços: Diminuir os casos de abandono escolar através do cumprimento da escolaridade obrigatória a alunos até aos 15 anos de idade (inclusive)</p>

<p>(continuação)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Até final de 2010, são diminuídos em 30% os casos de abandono, absentismo e insucesso escolar 	<p>Programa Escolhas</p>	<p>Programa que visa promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socio-económicos mais vulneráveis, tendo em vista a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social</p>	<p>PNAI: Financiar, até 2008, 110 projectos de apoio á educação, formação (TIC, ...), ocupação de tempos livres da população infantil e jovens dos bairros carenciados</p> <p>Concelho de Valpaços: Candidatura a 1 projecto no âmbito da educação, formação e ocupação de tempos livres, destinado a jovens do concelho</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Até final de 2010, 10 jovens do concelho a frequentar o ensino secundário, e que estão em risco de abandonar a escola, ou a abandonaram, adquirem formação nas várias áreas de interesse para o concelho (turismo, carpintaria, pichelharia, electricidade) 	<p>Iniciativa Novas Oportunidades</p>	<p>Com esta iniciativa pretende-se acelerar a qualificação dos portugueses, apostando em dois eixos de intervenção: combater o insucesso e abandono escolar e promover a elevação dos níveis de qualificação de base da população adulta</p>	<p>PNAI: Abranger, até 2008, cerca de 475.000 jovens e, até 2010, cerca de 650.000 em formação profissionalizante de nível secundário</p> <p>Concelho de Valpaços: Frequência em formação profissionalizante, por parte de 10 jovens do concelho</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Até final de 2010, 8 jovens do concelho que frequentaram cursos de formação nas áreas do turismo, carpintaria, pichelharia e electricidade, criaram o seu próprio emprego 	<p>Micro-crédito</p>	<p>Promove o apoio técnico e financeiro para a criação do auto-emprego, junto de pessoas com particulares dificuldades de inserção no mercado de trabalho</p>	<p>PNAI: Abranger 5.000 pessoas em iniciativas de micro-crédito, até 2008</p> <p>Concelho de Valpaços: Abranger 8 jovens em iniciativas de micro-crédito, o que corresponderá a 0,2% do total da meta do PNAI</p>

PNE (2005-2008)			
Eixo II – Qualificação e Integração Escolar e Sócio-Profissional			
Directriz (es): <i>Melhorar a respostas às necessidades do mercado de trabalho/ Alargar e aumentar o investimento em capital humano/ Promover uma abordagem do trabalho baseada no ciclo de vida/ Assegurar a existência de mercados inclusivos, melhorar a atractividade do trabalho, e torná-lo mais remunerador para os que procuram trabalho, incluindo as pessoas desfavorecidas e os inactivos</i>			
Objectivo Geral: <i>Até final de 2010, é melhorada a qualificação profissional de 5% da população activa (empregada e desempregada) do concelho</i>			
Objectivo (s) Específico (s)	Prioridade (s) Nacional (ais)	Linhas de Intervenção	Instrumentos
<ul style="list-style-type: none"> Até final de 2010, é executada uma prática de formação contínua para 5% da população activa (empregada e desempregada), constituída por um conjunto de 6 acções formativas de nível II e III 	Reorganizar e racionalizar a rede de ofertas de formação inicial e contínua	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma gestão articulada e conjunta da rede de estabelecimentos de ensino e formação (e dos equipamentos que integram), designadamente das escolas básicas e secundárias e dos centros de formação profissional, visando uma rentabilização acrescida destes equipamentos Alargamento dos Cursos de Educação - Formação de Adultos até ao 12º ano de escolaridade 	<ul style="list-style-type: none"> Iniciativa “Novas Oportunidades” Sistema de mapeação da oferta de cursos profissionalizantes e tecnológicos Protocolos entre o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social para a partilha da rede de estabelecimentos de ensino e formação sob tutela dos dois ministérios Revisão dos diplomas que regulamentem as formações qualificantes e de dupla certificação para jovens e adultos
	Dar um novo impulso à educação e	<ul style="list-style-type: none"> Realizar uma campanha alargada de informação e sensibilização nos meios de comunicação social com o objectivo de promover a valorização social e profissional do investimento em educação e formação ao longo da vida e do sistema de 	<ul style="list-style-type: none"> Iniciativa Nova Oportunidade (educação e formação de adultos – maiores de 18 anos) Projectos de iniciativa EQUAL inseridos na prioridade “adaptabilidade” em especial os que se referem à área de intervenção “Formação ao longo

<p>(continuação)</p> <p>• Até final de 2010, é executada uma prática de formação contínua para 5% da população activa (empregada e desempregada), constituída por um conjunto de 6 acções formativas de nível II e III</p>	<p>(continuação)</p> <p>Dar um novo impulso à educação e formação de adultos</p>	<p>(continuação)</p> <p>reconhecimento, validação e certificação de competências, como oportunidade de certificação e reforço das aprendizagens</p> <ul style="list-style-type: none"> - Melhorar e expandir o sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências - Rever e dinamizar a medida Rotação Emprego-Formação - Aperfeiçoar modos de aprendizagem adaptados a cada grupo-alvo, nomeadamente para pessoas menos qualificadas 	<p>(continuação)</p> <p>da vida: formação em contexto de trabalho”</p>
	<p>Promover o reforço da formação contínua dos trabalhadores</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivar as empresas a desenvolverem formas de organização mais qualificantes e apoiar a procura de aprendizagem por parte das pessoas, enquanto trabalhadores e cidadãos - Reforçar as acções que visem a actualização profissional dos activos empregados, em particular dos menos qualificados e mais velhos - Envolver os parceiros sociais na sensibilização das entidades empregadoras e dos seus trabalhadores para a importância da formação profissional 	<ul style="list-style-type: none"> - Formação contínua de activos empregados (aperfeiçoamento, actualização e especialização profissional) - Bolsa de formação por iniciativa do trabalhador - Campanha de sensibilização dos empresários e trabalhadores para a importância da formação profissional e, conseqüentemente, para o cumprimento do direito a um número mínimo anual de horas de formação para todos os trabalhadores, em articulação com os parceiros sociais - Projectos de iniciativa EQUAL

Objectivo Geral: Até final de 2010, as taxas de abandono, absentismo e insucesso escolar do concelho de Valpaços são reduzidas em 30%			
Objectivo (s) Específico (s)	Prioridade (s) Nacional (ais)	Linhas de Intervenção	Instrumentos
<p>• Até final de 2010, 10 jovens do concelho a frequentar o ensino secundário, e que estão em risco de abandonar a escola, ou a abandonaram, adquirem formação nas várias áreas de interesse para o concelho (turismo, carpintaria, pichelharia e electricidade)</p>	<p>Facilitar a transição dos jovens para a vida activa</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Apostar nas vias profissionalizantes e tecnológicas do ensino secundário no contexto da iniciativa “Novas Oportunidades”, de modo a que, até 2010, pelo menos metade dos jovens que frequentem este nível de ensino esteja integrada em cursos destas vias - Lançamento e implementação de um programa de formação de jovens, visando assegurar a sua escolarização até ao 12º ano, o que passa também por colocar todos os jovens até aos 18 anos em percursos educativos ou de formação profissional - Reforçar os dispositivos de orientação escolar e profissional ao longo do ciclo de vida - Reforçar a eficácia dos mecanismos de apoio à transição dos jovens para a vida activa (programa de estágios profissionais) - Reforçar o empreendedorismo dos jovens, promovendo o estímulo à iniciativa e espírito empresarial nas escolas e apoiando técnica e financeiramente a criação e sustentabilidade de empresas e de empregos por eles promovidos 	<ul style="list-style-type: none"> - Ensino profissional nas escolas secundárias integradas na rede pública de estabelecimentos de ensino - Cursos de especialização tecnológica - Sistema integrado de informação e orientação escolar e profissional - Campanha alargada de informação e sensibilização - Programas de intervenção para jovens - Sistema integrado de informação e orientação escolar e profissional ao longo da vida - Programas de estágios profissionais - Plano Nacional da Juventude

<ul style="list-style-type: none"> • Até final de 2010, 8 jovens do concelho que frequentaram cursos de formação nas áreas do turismo, carpintaria, pichelharia e electricidade, criaram o seu próprio emprego 	<p>Prevenir e combater o desemprego</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Reforçar o acompanhamento e avaliação das medidas activas de emprego e dos seus beneficiários durante a sua participação nessas medidas e após colocação no mercado de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> - Programa de estímulo à criação do próprio emprego, integrando os instrumentos de política de emprego que visem apoiar directamente a criação do próprio emprego ou empresa
<ul style="list-style-type: none"> • Até final de 2010, são diminuídos em 30% os casos de abandono, absentismo e insucesso escolar 	<p>Expandir a educação e a formação de nível secundário</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Combater o insucesso escolar e a saída do sistema educativo antes da conclusão do secundário, designadamente no quadro da iniciativa “Novas Oportunidades”, melhorando as condições de ensino e aprendizagem, tornando o sistema de educação e formação mais competitivo e eficaz e diversificando as ofertas formativas 	<ul style="list-style-type: none"> - Iniciativa “Novas Oportunidades”, no que respeita às medidas vocacionadas para a formação inicial de jovens que visam garantir a conclusão do ensino secundário, em particular através das vias profissionalizantes

PNAI (2006-2008)			
Eixo III – Intervenção Dirigida a Grupos Específicos			
Prioridade 3: Ultrapassar as discriminações, reforçando nomeadamente a integração das pessoas com deficiência e dos imigrantes			
Objectivo Geral: A partir de 2007, é fomentada uma estratégia de sensibilização e prevenção relativamente aos comportamentos de risco			
Objectivo (s) Específico (s)	Medida	Descrição	Metas
<ul style="list-style-type: none"> Até final de 2010, 40 famílias desestruturadas/ disfuncionais são acompanhadas e apoiadas por equipas multidisciplinares 	Contratos de Desenvolvimento Social	Tem como objectivo tornar os territórios mais inclusivos, melhorar as condições de vida dos seus habitantes e promover a coesão social	<p>PNAI: Estabelecer 30 Contratos de Desenvolvimento Social, até 2008</p> <p>Concelho de Valpaços: Estabelecer 1 Contrato de Desenvolvimento Social, o que corresponde a aproximadamente a 3% da meta prevista no PNAI</p>
Objectivo Geral: Até final de 2010, é promovida a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos portadores de deficiência			
Objectivo (s) Específico (s)	Medida	Descrição	Metas
<ul style="list-style-type: none"> Entre 2008 e 2009, é criada uma estratégia de sensibilização das entidades empregadoras do concelho para a integração de 5 % dos indivíduos portadores de deficiência 	Programa de formação profissional e emprego de pessoas com deficiência	Medida que visa facilitar a inserção social e profissional das pessoas com deficiência, através de formação e de apoios à criação de emprego	<p>PNAI: Promover a integração de 45.864 pessoas com deficiência em acções de formação e integração profissional, até 2008</p> <p>Concelho de Valpaços: Integrar no mercado de trabalho, 13 indivíduos portadores de deficiência</p>
<ul style="list-style-type: none"> Até final de 2010, é criada uma rede de serviços de informação e mediação para pessoas com deficiência. 	Rede de serviços de informação e mediação para pessoas com deficiência	Medida que tem como objectivo, proporcionar localmente um atendimento e apoio qualificado às pessoas com deficiência ou incapacidade	<p>PNAI: Criar e implementar em 18 distritos um serviço de informação e mediação, até 2009</p> <p>Concelho de Valpaços: Contribuirá com a implementação de uma rede de serviços de informação e mediação para pessoas com deficiência</p>

PNS (2004-2010)		
Eixo III – Intervenção Dirigida a Grupos Específicos		
Objectivo Geral: A partir de 2007, é fomentada uma estratégia de sensibilização e prevenção relativamente aos comportamentos de risco		
Objectivo (s) Específico (s)	Orientações Estratégicas	Intervenções Necessárias
<ul style="list-style-type: none"> A partir do ano lectivo 2007/08 são realizados 3 workshops no âmbito da prevenção de comportamentos de risco (consumo de álcool, toxic dependência, violência doméstica, prostituição...), dirigida aos professores dos Agrupamentos Escolares (professores do 2º e 3º ciclo) e Escola Secundária 	Reforçar acções de promoção da saúde	<ul style="list-style-type: none"> Funcionamento pleno dos Centros Regionais de Saúde Pública, em articulação com as outras unidades dos Centros de Saúde e estruturas locais pertinentes – autarquias, escolas, empresas e ONG Dinamizar actividades no âmbito da saúde escolar Dinamizar equipas de saúde escolar dos Centros de Saúde Constituir equipas multidisciplinares móveis para as escolas e outros locais índex
	Prevenir o consumo de tabaco nos jovens e promover o abandono do tabagismo entre fumadores	<ul style="list-style-type: none"> Investir na prevenção da iniciação tabágica nos jovens, particularmente, do sexo feminino Reforçar a intervenção em matéria de desabituacão tabágica Responsabilizar os serviços de saúde, de forma, a assumir um papel mais interveniente
	<ul style="list-style-type: none"> A partir do ano lectivo de 2007/2008 são integradas nas aulas do 2º e 3º ciclos e ensino secundário, 2 vezes por ano, temáticas relacionadas com comportamentos de risco 	Prevenir o consumo de drogas ilícitas

<ul style="list-style-type: none">• Entre 2008 e 2010, 30% das pessoas diagnosticadas no estudo, estão motivadas para tratamento	Prevenir o consumo excessivo de álcool	<ul style="list-style-type: none">• Apoiar iniciativas contempladas no Plano de Acção contra o alcoolismo• Desenvolver e apoiar programas de promoção e educação para a saúde na área da alcoologia, que incluam o desenvolvimento de campanhas de informação pública, abordagem nos currículos escolares e acções de sensibilização e de formação para grupos específicos, que chamem a atenção para os riscos do consumo excessivo, inoportuno ou inconveniente de bebidas alcoólicas• Apoiar o desenvolvimento de recursos didácticos e de formação específica para os profissionais de saúde, na área da prevenção, diagnóstico, encaminhamento, tratamento e reabilitação dos indivíduos com problemas ligados ao álcool, que contactam com o sistema de saúde geral• Dar prioridade a iniciativas de concertação das acções de prevenção e controlo dos problemas ligados ao álcool tendo por base os Centros Regionais de Alcoologia
--	--	--

***ACOMPANHAMENTO, DINAMIZAÇÃO E
AVALIAÇÃO DOS
PROJECTOS E ACÇÕES***

Todos os projectos contém necessariamente um «plano de avaliação» que se estrutura em função do desenho do projecto e é acompanhado de mecanismos de auto controlo que permitem, de forma rigorosa, ir conhecendo os resultados e os efeitos de intervenção e corrigir as trajectórias (GUERRA, 2000:175).¹⁸

A avaliação é uma componente do processo de planeamento e é um instrumento indispensável para o conhecimento dos resultados e eficácia da concretização da intervenção social local. Todos os projectos devem conter um plano de avaliação que acompanha o desenho do projecto.

A avaliação qualquer que seja a diversidade de entendimento e de métodos de execução, tem sido considerada como um conjunto de procedimentos para julgar os méritos de um programa e fornecer a informação sobre os seus fins, as suas expectativas, os seus resultados previstos e imprevistos, os seus impactos e os seus custos (KOSECOFF *et al.*, 1982). Ela é o processo pelo qual se delimitam, se obtêm e se fornecem informações úteis, permitindo ajuizar as decisões possíveis (STUFFLEBEN *et al.*, 1989) e um aviso sobre a eficácia de uma intervenção ou de um plano que foi experimentado (DEMING, 1983).

Desta forma, avalia-se para:

- Medir os resultados de uma acção;
- Identificar as condições de sucesso e aspectos críticos...;
- Justificar uma intervenção (normalmente pública), formar: melhorar as intervenções, otimizar a utilização de recursos...;
- Aprofundar a democracia: divulgar resultados, assumir compromissos, atribuir responsabilidades...;
- Ajudar na tomada de decisão (em diversos momentos, por decisões a diversos níveis).

O processo de avaliação da implementação do PDS no concelho de Valpaços será coordenado pelo Núcleo Executivo, contando sempre com a participação dos parceiros do CLAS, criando-se para o efeito uma equipa técnica responsável por este processo.

Neste âmbito, e visto que o sucesso do processo de avaliação depende, em larga medida, da capacidade em encontrar indicadores que meçam o processo e os resultados da avaliação, serão definidos pela equipa técnica responsável pela avaliação, um

¹⁸ Cf. In GUERRA, Isabel (2000), *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção – O Planeamento em Ciências Sociais*, in Publicações Universitárias e Científicas, Lisboa, Principia.

conjunto de critérios (coerência interna, pertinência, eficácia, eficiência, impacto, equidade, adequação) e indicadores que permitirão efectuar essa avaliação, bem como a forma de divulgação dos resultados da mesma.

Assim, na fase de execução das acções será realizada uma avaliação de acompanhamento (*on-going*), a qual permitirá avaliar a forma de concretização do Plano, bem como o seu afinamento ou correcção. Esta avaliação determinará se as intervenções estão a atingir os grupos-alvo e se estão a ser assegurados os recursos e serviços previstos. De uma maneira em geral, pretende-se aferir se o Plano está a ser executado como o previsto.

Após a conclusão do PDS será realizada uma avaliação final (*ex-post*) que permitirá verificar se com a acção da rede social se produziram as mudanças almejadas, qual a eficácia das intervenções e os respectivos impactos produzidos.

Em suma, ao efectuar-se o processo de avaliação vai facultar a alteração ou re-alendarização de acções ou inclusive o redefinir os eixos de intervenção e objectivos definidos de forma a adequar a realidade vigente às necessidades sociais que possam aparecer após a construção do PDS e PA. Permitindo assim incluir a preocupação de tomar os instrumentos de trabalho o mais eficazes possíveis através do controlo da sua execução.

Com a Rede Social pretende-se também contribuir para a actualização e articulação da informação e da intervenção entre parceiros. Assim, pretende-se que o CLAS, desenvolva um Sistema de Informação, de forma a facultar a constante actualização e recolha de informação sobre a situação social do concelho, bem como, dar a conhecer à comunidade, o trabalho realizado pelo CLAS, divulgando também os diversos projectos e actividades desenvolvidas e que se pretendem desenvolver. Em paralelo, o sistema de informação deverá também incluir mecanismos de divulgação das acções desenvolvidas a partir do estabelecido no PDS.

Para se conseguir esta divulgação, recorrer-se-á à página Web da Câmara Municipal de Valpaços, com possibilidade de “download”, ao boletim municipal, e à criação de um boletim informativo.

No caso concreto do PDS, este documento será divulgado a todos os parceiros do CLAS de Valpaços, e à comunidade em geral. A divulgação/informação a todos os parceiros será feita através do envio do documento em suporte digital (formato CD) e/ou impressão do documento em formato de livro.

Quanto à divulgação feita junto da comunidade em geral, esta será assegurada através do boletim municipal, e do site do município, onde constarão todos os documentos executados pela Rede Social, onde poderão ser obtidos através de “download”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descrição e conclusão do Plano de Desenvolvimento Social, mais do que um corolário, assentam, evidentemente, numa lógica de planeamento de intervenção, de concertação das forças vivas do concelho e de optimização dos recursos existentes. Nesta óptica, é um documento vivo, que estimula a acção. Aliás, este Plano só cumprirá a sua função se, efectivamente, se vier a traduzir em acções executáveis que possam dar resposta aos problemas mais prementes do concelho de Valpaços.

Assim, as propostas apresentadas no PDS serão concretizadas no Plano de Acção, no qual se insere o plano de actividades, e em que deverá constar os projectos e acções que visam a operacionalização das estratégias e linhas orientadoras previamente definidas no PDS.

Concludentemente, e por razões operacionais, o PDS agora definido desdobrar-se-á em tantos Planos de Acção quantos os anos da sua vigência (de 2007 a 2010), sendo que o Plano de Acção é um documento mais operacional, minucioso e com um tempo de duração mais curto.

“Não basta saber, é preciso passar à prática, não basta querer, é também preciso agir.”

(Johann W. Goethe)

SIGLAS

ACISAT – Associação Empresarial do Alto Tâmega

ADRAT – Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega

AMAT – Associação de Municípios do Alto Tâmega

CAT – Centro de Atendimento a Toxicodependentes

CDOS – Centro Distrital de Operações de Socorro

CEF – Cursos de Educação e Formação

CLAS – Conselho Local de Acção Social

CMOEPC – Centro Municipal de Operações de Emergência de Protecção Civil

CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco

CRVCC – Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

CVP – Cruz Vermelha Portuguesa

EFA – Educação e Formação para Adultos

GNR – Guarda Nacional Republicana

IDS – Instituto para o Desenvolvimento Social

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

OEDT – Observatório Europeu da Droga e Toxicodependência

ONG – Organizações Não Governamentais

PA – Plano de Acção

PAII – Programa de Apoio Integrado a Idosos

PIEF – Programa Integrado de Educação e Formação

PDS – Plano de Desenvolvimento Social

PNAI – Plano Nacional de Acção para a Inclusão

PNE – Plano Nacional de Emprego

PNS – Plano Nacional de Saúde

PME – Plano Municipal de Emergência

PROFISS – Projecto de Formação Inicial Qualificante para a Solidariedade e Segurança Social

PT – Portugal Telecom

QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional

RSI – Rendimento Social de Inserção

SNBPC – Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil

STA – Serviço Tele-alarme

UNIVA – Unidade de Inserção na Vida Activa

BIBLIOGRAFIA

CÂMARA MUNICIPAL DE VALPAÇOS, *Carta Educativa do Concelho de Valpaços*, Valpaços, Agosto de 2004

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE VALPAÇOS (2006) – Diagnóstico Social. Concelho de Valpaços. Policopiado. Valpaços: Câmara Municipal de Valpaços.

GUERRA, Isabel (2000), *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção – O Planeamento em Ciências Sociais*, in Publicações Universitárias e Científicas, Lisboa, Principia.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, O País em Números – Informação Estatística 1991-2001

INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL (2002). *Plano de Desenvolvimento Social*. Programa Rede Social (Núcleo da Rede Social). Departamento de Investigação e Conhecimento.

INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL (2003). *Plano de Desenvolvimento Social*. Programa Rede Social (Núcleo da Rede Social). Departamento de Investigação e Conhecimento.

INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL (2001). *Programa Rede Social*. Núcleo da Rede Social. Departamento de Investigação e Conhecimento.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (2004). *Plano Nacional de Saúde*. Orientações Estratégicas para 2004-2010. Mais saúde para todos, Lisboa.

MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL E DO TRABALHO (2005). *Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006-2008*, Lisboa.

MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL E DO TRABALHO (2005). *Plano Nacional de Emprego 2005-2008*, Lisboa.

Módulos PROFISS, *Construção de um Projecto*, Guia do Formando, Ministério do Trabalho e da Solidariedade

Quadro de Referência Estratégica Nacional (2007-2013)

SCHIEFER, Ulrich, TEIXEIRA, Paulo, MONTEIRO, Susana (2006), *MAPA – Manual de Facilitação para a Gestão de Eventos Participativos*, Estoril, Principia

Legislação

Decreto de Lei N.º 115/1998 de 4 de Maio

Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro – Elaboração e aprovação de Cartas Educativas

Decreto de Lei N.º 115/2006 de 14 de Junho – Regulamentação da Rede Social

Decreto de Lei N.º 6716/2007 de 5 de Abril

Portaria N.º 396/2007 de 2 de Abril

Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/94

Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/00